



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Regina Paula Dias Jesus Aires

**Capacidade de atração/repulsão de população nos municípios do Oeste:
Medição, fatores determinantes e importância para a sustentabilidade do
crescimento económico**

Trabalho de Projeto do Mestrado em Economia, na especialidade em Economia
Do Crescimento e Políticas Estruturais, apresentado à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientado por: Doutora Marta Simões

Coimbra 2016

AGRADECIMENTOS

Deixo algumas palavras, poucas, mas um profundo e sentido agradecimento a todos os que me deram oportunidade e o privilégio de frequentar este mestrado que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação acadêmica e científica.

Um reconhecimento especial à orientadora da Dissertação, Prof. Doutora Marta Simões, pela disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, pela exigência de método e rigor, pela incansável orientação científica, pela revisão crítica do texto, pelos esclarecimentos, opiniões e sugestões e oportunos conselhos, pela acessibilidade, cordialidade e simpatia demonstradas, pela confiança que sempre me concedeu e pelo permanente estímulo que, por vezes, se tornaram decisivos em determinados momentos da elaboração desta Dissertação.

Agradeço também à Prof. Doutora Adelaide Duarte, por todas as palavras de sabedoria, incentivo, apoio e estímulo, enquanto minha professora de Seminário de Investigação.

Por último, tendo consciência que sozinha nada disto teria sido possível, um agradecimento muito especial à minha família, pelo apoio e compreensão inestimáveis, em particular às minhas filhas Inês e Rita, a quem dedico todo este trabalho.

A todos, enfim, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho de investigação procura identificar e compreender como algumas das características existentes nas unidades territoriais a nível concelhio podem configurar-se como fatores atrativos ou repulsivos de população para esses territórios, condicionando o crescimento económico do Oeste de Portugal. Alguns concelhos do Oeste exibem um peso relevante da população residente em concelhos rurais a par de outros de forte pendor urbano, exibindo estes últimos, uma maior proporção de capital humano com qualificação superior.

Tendo como propósito a medição de alguns fatores determinantes na capacidade de atração e repulsão de população e sua importância para o crescimento económico, irão ser estudados os municípios, com especial ênfase os municípios classificados como Centros Urbanos Regionais, Caldas da Rainha e Torres Vedras e os Concelhos Complementares/Estruturantes que entre eles se posicionam, Bombarral, Cadaval, Lourinhã e Óbidos. Estes seis municípios serão alvos de análise ao nível económico, demográfico e do mercado de trabalho para o período compreendido entre os anos de 2001 a 2011, visando a identificação de lógicas de atração ou repulsão na fixação de novos residentes e população empregada ou estudantil, com recurso à medição da capacidade de atratividade local, bem como da sua importância na sustentação de crescimento económico destas economias locais.

Palavras-chave: economia local, crescimento económico e mobilidade geográfica da força de trabalho.

Classificação JEL: R11, R23, J61.

ABSTRACT

This research work seeks to identify and understand how some of the existing features in the territorial units at the municipal level can be configured as attractive or repulsive factors of population to these territories, affecting the economic growth of the West of Portugal. Some West municipalities exhibit a large share of the population living in rural municipalities along with other strong urban bias, showing the latter, a higher proportion of human capital qualification.

With the purpose of measuring some determining factors in the attraction or repulsion population capacity and its importance for economic growth, municipalities will be studied, with special emphasis on municipalities classified as Regional Urban Centers, Caldas da Rainha and Torres Vedras and complementary/structural municipalities among them are positioned, Bombarral, Cadaval, Lourinhã and Óbidos. These six municipalities will be targeted analysis of the economic, demographic and labor market for the period between the years 2001-2011, aiming the identification of logical attraction or repulsion in the setting of new residents and employed or student population, using the measurement of the local attractiveness capacity, as well as its importance in sustaining economic growth in these local economies.

Keywords: Keywords: local economy, economic growth and geographical mobility of labor force

JEL Classification: R11, R23, J61

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	LITERATURA SELECIONADA – REVISÃO	
II.1.	Desenvolvimento Local – Fatores Condicionantes	3
II.2.	Polaridade (atração) dos Territórios: Modelo de Atração-Repulsa	4
III.	CAPACIDADE DE ATRAÇÃO/REPULSÃO DE POPULAÇÃO POR PARTE DE SEIS MUNICÍPIOS DO OESTE	
III.1	Objetivos	5
III.1.1.	Enquadramento e Caracterização	6
III.2.	Explicitação e Análise dos Indicadores Existentes	13
III.2.1.	Mobilidade Residencial Interna em 2011	15
III.2.2.	Mobilidade Pendular em 2011	16
III.2.3.	Proposta de Adaptação do Indicador da Taxa de Atratividade/Repulsão ..	20
IV.	Fatores Determinantes da Capacidade de Atratividade/Repulsão dos Municípios do Oeste: Uma Reflexão	24
V.	CONCLUSÃO	26
	Lista de referências bibliográficas	30
	Anexos	32

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A – Modelo territorial do Oeste e Vale do Tejo	32
Figura B – Sistema urbano do Oeste e Vale do Tejo	32
Figura C – Concelhos polarizadores versus polarizados	33

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – População residente dos municípios em análise	33
Gráfico II – Proporção da população jovem	33
Gráfico III – Variação da população residente por grupos etários	34
Gráfico IV – População residente segundo nível de instrução mais elevado	34
Gráfico V – Poder de compra per capita	34

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – População residente e variação (censos) e população residente estimada	35
Quadro 2 – Densidade e estrutura populacional, 2001/2014	35
Quadro 3 – População residente por município e grupo etário	35
Quadro 4 – Proporção de população empregada por setor/cae, 2011	36
Quadro 5 – VAB e produtividade do trabalho	36
Quadro 6 – Concentração empresarial e volume de negócios	36
Quadro 7 – População ativa e emprego	37
Quadro 8 – Ganho médio mensal das TCO	37
Quadro 9 – Função residencial interna, 2011	37
Quadro 10 – Fluxos residenciais de saída	37
Quadro 11 – Movimentos pendulares da função produtiva (laboral e estudantil)	38
Quadro 12 – Índice de polarização do emprego	38
Quadro 13 – Fluxos de saída de população empregada, 2011	39
Quadro 14 – Proposta de Adaptação de Indicador	39
Quadro 15 – Resumo da função produtiva (laboral e estudantil) – Comparação	23
Quadro 16 – Resumo da função residencial interna, segundo INE/Alteração	23
Quadro 17 - Correlação entre a população jovem e número de empresas	25
Quadro 18 - Correlação entre número empresas e população com habilitações superiores ...	25
Quadro 19 - Correlação entre a população jovem e taxa de atividade	25
Quadro 20 - Correlação entre remunerações e taxa de atracção bruta	25
Quadro 21 - Correlação entre população com hab. superior e grau de atratividade	25
Quadro 22 - Correlação entre número empresas de grau de atratividade	25

I. INTRODUÇÃO

A incapacidade continuada de fixação e atração de habitantes em quantidade e qualidade condiciona a atração e desenvolvimento de atividades económicas, sobretudo as mais exigentes em matéria de mobilização de competências. Tais factos limitam a vitalidade demográfica mínima de suporte a dinâmicas sociais e económicas de desenvolvimento do território, configurando novos desafios para os decisores políticos, agentes económicos destes locais, nomeadamente no que concerne ao nível de investimentos a realizar, da localização das actividades económicas ou da qualidade dos serviços disponibilizados.

Considerando alguns factores repulsivos presentes em alguns concelhos do Oeste, como baixos salários, poucas oportunidades de ascensão profissional ou académica, envelhecimento da população ou movimentos pendulares de população ativa para zonas de maior concentração urbana, importa saber como se relacionam as variáveis da população jovem e taxa de atividade/número de empresas existentes; a capacidade de atracção/repulsão dos municípios e remuneração média mensal dos trabalhadores, capital humano com qualificação superior; ou, ainda, conhecer a dimensão (fluxos) dos movimentos pendulares residenciais, laborais e escolares nas unidades territoriais, tanto nos concelhos onde chegam (municípios de destino) como nos concelhos de onde partem (municípios de origem), bem como os seus potenciais efeitos no crescimento económico local.

O presente trabalho de investigação tem como objetivo principal medir a capacidade de atração ou repulsa populacional de seis dos doze municípios constituintes do Oeste, designadamente Caldas da Rainha, Óbidos, Lourinhã, Bombarral, Cadaval e Torres Vedras, porque, e sabendo de antemão do papel crucial que os habitantes e seus atributos representam na promoção de crescimento económico e sustentado, poder-se-ão adoptar políticas locais mais conducentes à realidade concelhia. Recordem-se Aydalot (1985), Aghion e Howitt (2000), que defendiam o capital humano como primordial no processo de inovação e crescimento económico de um território, dependente dos atributos do capital humano e da sua capacidade de mobilidade. A seleção destes 6 concelhos prende-se com o facto de dois concelhos no Oeste assumirem a posição de Centros Urbanos Regionais: Caldas da Rainha e Torres Vedras e os restantes quatro concelhos porque entre eles se posicionam, atravessados longitudinalmente pela A8, figurando como Concelhos Complementares/Estruturante. Caldas da Rainha e Torres Vedras sendo concelhos de forte pendor urbano, desenvolvem lógicas de atracção/relacionamento muito fortes com as economias locais dos restantes municípios.

A metodologia consistirá na análise de literatura e conceitos-chave relativos a esta temática, procurando identificar principais factores determinantes e condicionantes, atrativos ou repulsivos, de crescimento e desenvolvimento dos municípios integrados na Região Oeste, face à dinâmica populacional e seus impactos. Será apoiada por um diverso conjunto de dados recolhidos em fontes censitárias desde 2001 da Região Oeste, nomeadamente indicadores populacionais, principais atividades económicas, acessibilidades e localização dos grandes aglomerados mais próximos. Serão elaboradas análises descritivas do ponto de vista económico, construção de gráficos e quadros, assim como o cálculo do coeficiente de correlação linear (Coeficiente de correlação de Pearson) visando extrair informação pertinente que aprofunde a teoria existente e os dados alcançados.

Satisfazendo o motivo principal deste trabalho, medição da capacidade de atracção ou repulsa da população dos municípios visados, a mesma será apresentada mediante uma proposta de cálculo diferenciadora da atual metodologia de cálculo do indicador de taxa de atracção/repulsa preconizada pelo INE, e que consistirá na congregação num só indicador da função residencial e da função produtiva, utilizando a população residente total do concelho como padrão comum contra padrões de referência diferenciados consoante as funções em análise. Por esta via, análises comparativas dos territórios são agilizadas e não dispensam, aquando do cálculo, os grupos etários de população não ativa, pelo que a sua inclusão deve ser tida em conta na função produtiva dum concelho. Face à disponibilização de poucos dados e em termos absolutos relativamente a 2001, este indicador será calculado só para 2011, no entanto será acompanhado com alguns dados de 2001 e por coeficientes de correlação linear para melhor compreensão.

Seguidamente será feita uma reflexão sobre os potenciais factores, nomeadamente população jovem, qualificações superiores da força de trabalho, número de empresas, remuneração média mensal e fluxos populacionais apontados na literatura referenciada e os nossos resultados obtidos, a título de exemplo, temos Ravenstein (1885), Aydalot, 1985, Ascher, 2008, Rudiger Ahrend e Abel Schumann, 2014.

A conclusão do trabalho conterà ainda o conjunto das principais elações a retirar deste estudo face aos objetivos definidos, assim como as limitações e futuras linhas de investigação, incluindo ainda algumas hipóteses sobre eventuais políticas locais estratégicas que contribuam para a fixação e atracção de população destes territórios.

II. LITERATURA SELECIONADA - REVISÃO

II.1. Desenvolvimento Local – Fatores Condicionantes

“Uma das interpretações de desenvolvimento mais recorrentes é aquela em que o encara como um movimento, uma dinâmica que se traduz de um estágio a outro, associado à ideia de construção, destruição, reconstrução e/ou reintegração (...)” (Carvalho, 2005:40).

O Desenvolvimento Local passa por iniciativas provenientes de economias locais, pelo que tem havido uma preocupação crescente das políticas públicas no investimento em infraestruturas e projetos sociais que possam fixar a população e dinamizar os territórios locais, levando à mudança e ao aumento do bem-estar (Amaro, 2009). “O desenvolvimento pretende contrariar a perda de vitalidade demográfica e económica, de capacidade de fixação e atração de populações e de iniciativas económicas” (Cavaco, 2004:99). O espaço rural é muitas vezes visto como secundário em relação aos espaços urbanos.

Denota-se uma distinção entre o urbano e o rural, assistindo-se o progresso no primeiro, a partir do qual se propaga para o rural. O centro (urbano) pressupõe uma certa densidade populacional, maior informação, maior inovação, uma capacidade de produção significativa, capacidade de atrair e promover a concentração das atividades. O rural assume características de complementaridade, associado a problemas de investimento e recursos humanos, com baixo níveis vida e produções menos significativas. (Aydalot, 1985).

Os movimentos pendulares, representados por saídas (concelho de origem) ou entradas (concelho de destino) de população residente, ativa ou estudantil, podem revelar no longo prazo impactos negativos na fixação de população, na justa medida em que na maioria dos movimentos registados verificam-se de concelhos de origem, com menos meios e capacidades produtivas para concelhos com mais e melhores infraestruturas, equipamentos e serviços, e por conseguinte, mais atrativos à população em geral. Deste modo, o centro vai usufruindo de mais-valias provenientes dos concelhos de origem, nomeadamente população jovem em idade ativa com formação, permanecendo a população envelhecida com pouca capacidade de renovação, acabando por acentuar as assimetrias entre urbano e o rural, em termos populacionais, conhecimento e inovação.

Encontra-se um importante conjunto de fatores potencialmente susceptíveis de condicionar o desenvolvimento de uma região, afastando ou atraindo a população de um local para outro, tais como o clima, localização e acessos da região, infraestruturas existentes, custos de transporte, qualificação de mão-de-obra ou nível salarial, etc., (Nelson e Beyers, 1998). A concentração ou dispersão da população num território é também muito relevante no que respeita à sustentabilidade do crescimento local, na justa medida em que o fornecimento

de bens públicos acarretam custos que se poderão ser inviáveis financeiramente, se através do aumento de impostos e taxas locais, ou inadequados, se a opção passar pela inferior qualidade dos serviços prestados aos respetivos municípios em zonas com elevada dispersão.

II.2. Polaridade (atração) dos Territórios – Modelo de atração-repulsão

Segundo Ascher, 2008, o desenvolvimento local passa pela capacidade de atrair os jovens mais qualificados. Quanto mais acessível for o território maiores possibilidades terá de atrair pessoas, investimentos e dar qualidade de vida aos residentes (acesso a melhor ensino, saúde, justiça, melhores salários). Isto significa que quanto melhor for a mobilidade, os acessos, a comunicação e interacção entre os decisores e agentes locais, mais apto estará para a inovação e desenvolvimento. A mobilidade assume-se, deste modo, como um dos factores preponderantes no desenvolvimento.

Ravenstein, 1885, foi um dos primeiros autores a formalizar uma teoria explicativa sobre o processo de mobilidade populacional, dando origem ao modelo de atração-repulsão, baseados na dualística polaridade dos territórios, ou seja: atração ou repulsão. Atração favorecida pelos factores positivos que aliciam a população residente e de outros locais e repulsão causada pelos factores negativos que afastam a população de um determinado local. A escolha do local de destino dependeria dos factores repulsivos existentes no local de origem, nomeadamente os de ordem económica, e que influenciariam a partida desse espaço; e pelos factores atractivos, em especial do ponto de vista económico e laboral), assente na perspectiva individual de progressão profissional e salarial. As pessoas tendem a procurar melhorar determinados aspectos da sua vida, pelo que encetam a deslocação entre territórios na busca desse propósito. (Rocha-Trindade, 1995; Castles e Miller, 1998). Os estudos de Ravenstein, 1885, partiram do princípio que haveria tendência para que o sentido dos fluxos populacionais ocorresse, numa primeira fase, movimentos de curta distância, depois de regiões pouco povoadas para zonas de maior concentração humana e, por fim, de zonas de baixas densidade para zonas dinâmicas do ponto de vista económico e social. Estes fluxos assentam na argumentação de que o ser humano, enquanto ser racional, procura maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes, comportando-se como *homo economicus*, ou seja decisões racionais teriam como principal objetivo beneficiar de melhores condições profissionais e qualidade de vida (Fonseca, 2005; Arango, 2004). Os movimentos populacionais das áreas rurais para áreas centrais (cidade), podem ser desfavoráveis ao concelho de origem em termos do seu empreendedorismo, inovação tecnológica e conhecimento pois, por um lado sai população em idade ativa e jovens mais habilitados, e por

outro permanece a população envelhecida com ónus na sustentabilidade intergeracional futura. Porém, segundo Geys et al 2007, um crescimento populacional acima do ótimo e não acompanhado pelo desenvolvimento de infraestruturas, conduz à incapacidade de resposta às necessidades de mais população. Contudo, menor população acarretará ao sobredimensionamento das infraestruturas construídas face à população existente à data, cujo ónus recairá sobre o futuro desenvolvimento pretendido.

Não obstante, Rudiger Ahrend e Abel Schumann, 2014, referiam que com a proximidade espacial entre empresas e consumidores os maiores aglomerados urbanos crescem mais rápido do que os restantes territórios, pois é na região polarizadora que os meios e o capital humano e social se concentram, logo, mobilizadora e ganhadora face a territórios que possuem menores meios e capacidades decorrente da sua fraca atratividade a pessoas, investimentos, equipamentos, etc.. Ademais, “(...) a proximidade de grandes aglomerados urbanos têm sido correlacionados positivamente com o crescimento económico, pois tendem a gerar mais produto per capita”, (Ahrend e Schumann, 2014:4).

É um facto que é nas localidades mais populosas (cidades como pólos de atracção), que poderão ser encontradas universidades, laboratórios de investigação e outras entidades geradoras de conhecimento, facilitando a produção de conhecimento, estimulando e potenciando oportunidades para práticas empreendedoras e inovadoras. A escassez de ofertas para reter as pessoas em concelhos menos atrativos conduz a um afluxo das populações para concelhos urbanos com maior concentração populacional, fazendo-se sentir o êxodo, sobretudo, na população jovem nos concelhos de origem. A população mais envelhecida acaba por ficar e as assimetrias entre as áreas urbanas e as rurais acentuam-se, figurando estas pouco atrativas a novos habitantes, investimentos e ofertas de emprego, (Martins et al, 2011).

III. CAPACIDADE DE ATRAÇÃO/REPULSÃO DE POPULAÇÃO POR PARTE DE SEIS MUNICÍPIOS DO OESTE

III.1. Objetivos

O desenvolvimento de um território pode estar intrinsecamente ligado a vários factores associados a esse mesmo território, por exemplo: densidade e dinâmica demográfica existente; características da população residente e atributos do capital humano disponível, porque sustenta ou condiciona a estratégia das políticas públicas tendentes ao crescimento ao nível das atividades económicas, do emprego e da educação; poder económico, associado à

estrutura de emprego; recrutamento de mão-de-obra especializada e local atrativo para os quadros; existência de infra-estruturas adequadas assim como de serviços às empresas; ligações/acessibilidades aos mercados. Enfim, uma região pode tornar-se atractiva ou repulsiva, combinando todos estes factores.

O presente trabalho tem como propósito a medição do grau de atratividade dos municípios em análise e refletir de que modo alguns dos factores acima mencionados, nomeadamente jovens ativos, níveis de qualificação académica, níveis salariais, oportunidades de emprego e número de empresas e poder de compra poderão estar associados a uma maior ou menor atratividade ou repulsa do território, causada, sobretudo, pelos movimentos populacionais (residenciais, laborais e ensino) que se observam, e fomentando menores (maiores) crescimentos por via da redução (aumento) do seu maior ativo, que é a população, ou seja população em idade ativa com qualificações académicas superiores, fomentando a regeneração e sustentabilidade populacional futura.

A seleção dos municípios a estudar incidirá, como já antes explanado, nos Centros Urbanos Regionais, Caldas da Rainha e Torres Vedras, e nos Concelhos Urbanos Complementares/Estruturante¹ que entre elas se posicionam. Os movimentos populacionais dos municípios do Oeste, com referência aos censos do ano de 2011, irão ser utilizados para o cálculo da taxa de atração/repulsão e grau de atratividade. Estes movimentos têm sido pouco observados, salvo quando chamados à coação em estudos que envolvam a Área Metropolitana de Lisboa (AML) ou a Região Centro, pelo que a disponibilização de dados sobre fluxos e destinos em termos absolutos do Oeste é muito escasso.

Pela importância do já argumentado e pela expressividade demonstrada nos 82,6% da população residente no Oeste que se movimenta internamente e somente 2,7% e 14,7% ocorrem fora dele, mais concretamente no Centro e Área Metropolitana de Lisboa (AML), respetivamente, cremos ser oportuno e muito relevante o seu estudo bem como a apresentação da reformulação do método de cálculo da taxa de atração/repulsão da função residencial e produtiva, tendo por referência a população total por local de residência no ano de 2011.

III.1.1. Enquadramento e Caracterização

A Região Oeste abrange uma extensão de 2 220 Km², representando 2,4% do território nacional português e 8% da área total da região NUTS II Centro, onde está inserida. A população representa 3,4% do total do país e apresenta uma densidade populacional elevada

¹ Concelho de Óbidos

(163,2 hab./km² contra 114,8 hab./km² no país). Caracteriza-se pela ruralidade e a ocupação humana do território evidencia a heterogeneidade da Região que apresenta, no contexto nacional, um peso elevado da população residente em concelhos rurais em coexistência com concelhos de forte pendor urbano². Os três núcleos urbanos que estruturam o eixo de conectividade, o qual se desenvolve ao longo do corredor de acessibilidade A8 no sentido sul-norte, interligam-se em pontos com articulações transversais: Torres Vedras com o Eixo da A.M.L, Caldas da Rainha com o Eixo Central e Alcobaça com o Eixo a Norte. Ver figura A, em anexo. Estes eixos (Oestecim, Estratégia 2020, 2013), redes rodoviárias estruturadas em boas acessibilidades conferidas pela A8/IC1, pelo IP6 e pela A15 e pelo eixo ferroviário, Linha do Oeste, desenvolvem lógicas de atração/relacionamento com núcleos próximos: **Torres Vedras** com o Sobral de Monte Agraço, Lourinhã, Arruda dos Vinhos, Cadaval e Bombarral; **Caldas da Rainha** com Peniche, Óbidos, Bombarral e Cadaval e Alcobaça com a Nazaré, como mostra a figura B, em anexo.

Considerando a dinâmica nacional do crescimento da população (INE, 2015) residente, no período de 2001-2013, indica que o país atinge níveis de muito baixa fecundidade e a longevidade aumenta. “Olhando para a população na faixa etária dos 15 aos 29 anos, esta representava 21,7% da população portuguesa. Porém, em 2011 esse valor posicionava-se nos 16,8%”. (...) Entre 1991 e 2011, os jovens deixaram de representar quase um quarto da população, para passar a representar apenas um sexto.”. (INE, Revista estudos demográficos nº 54: 9; Rowland e Jussara, 2014³).

Tal fenómeno corresponde não só a um claro desequilíbrio intergeracional (representatividade da população jovem tem vindo a diminuir) e reforço da concentração de jovens em distritos mais urbanos, mas, também decorre da estratégia de atração que cada município consegue desenvolver, com políticas locais suficientemente atrativas, para fixar população, atrair novos investimentos, criar emprego, melhorar condições remuneratórias, e assegurar o crescimento económico local, e por esta via, gerar um ciclo virtuoso.

No que concerne ao padrão de ocupação do Oeste, observado pela densidade populacional e evolução da população, conforme quadros 1 e 2 e gráfico I, em anexo, já se descobriam as dissemelhanças entre os concelhos do litoral (355,7 hab./Km² em Peniche) e os do interior (81,2 hab./Km² no Cadaval), bem como as influências da proximidade à AML.

² Nos concelhos mais a Sul na Região Oeste, polarizado por Torres Vedras, são evidentes as características de coroa periférica da Área Metropolitana de Lisboa.

³ <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/maio-2014>.

Entre 1981 a 2011, o Oeste exibiu crescimentos populacionais significativos em mais de 16%. A análise demográfica concelhia do Oeste, entre 1991 e 2014, demonstrou uma tendência sustentada e contínua para o reforço populacional das principais áreas urbanas ou com grande proximidade à AML, nomeadamente Torres Vedras (mais 17%), Caldas da Rainha (19%), Lourinhã (18%), Peniche (4%), Alcobaça (4%), Alenquer (26%) e Arruda dos Vinhos (52%) em detrimento da população residente nas zonas mais rurais e interiores como o Cadaval (2,7%) e Bombarral (0,1%). Não obstante os crescimentos mais ou menos acentuados, é certo que com base em estimativas da população para 2014, avizinha-se a perda de população em todo o Oeste face a 2011.

O índice de envelhecimento traduz a relação entre a população residente com 65 anos ou mais e a população residente dos 0 aos 14 anos. Nos concelhos do Cadaval, Bombarral e Óbidos, municípios da faixa intermédia do território, os índices de envelhecimento, em 2011 e 2014, (CCDRC, dados extraídos em 6.11.2015) são os mais elevados dos municípios em referência com a consequente diminuição da força de trabalho disponível, bem como o aumento das taxas de dependência.

Em 2014, o índice de dependência, traduzido pelo quociente entre número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos conjuntamente com pessoas de 65 ou mais anos e o nº de pessoas com idades entre os 15 e 64 anos, (expressa por 100 pessoas com 15-64 anos), é mais elevado no Cadaval (66,2), Óbidos (59,3) e Bombarral (56,1), superiores a Portugal (53,0) e Oeste (54,1). Com exceção de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Alenquer, a perda de população jovem (faixa etária residente num concelho dos 0 aos 14 anos face ao total residente), entre 2001-2014, foi generalizada, segundo dados do INE. Face ao exposto, extrai-se que a população concentra-se significativamente em duas zonas do território do Oeste: a sul, Torres Vedras e a Norte Caldas da Rainha, cerca de 22% e 14% dos habitantes, respetivamente. A evolução tem sido no sentido do reforço das duas zonas territoriais mais importantes citadas e enfraquecimento demográfico da mancha territorial intermédia. Cerca de dois terços da população residente⁴, em 2011, encontrava-se na faixa etária 15-64 anos, ou seja, o Oeste dispunha de cerca de 236 mil pessoas potencialmente ativas, conforme gráfico II e III e quadro 3, em anexo.

Também, as mudanças na estrutura etária da população pode exercer uma influência significativa sobre o crescimento económico concelhos, pois a relação entre o consumo e a produção tende a ser elevada para os jovens e idosos e baixa para adultos em idade activa.

⁴ A razão dos dois terços mantém-se em 2014

Assim, segundo David E. Bloom (2011), um país com grandes grupos de jovens e idosos poderiam observar um crescimento mais lento do que outro com maior proporção de pessoas em idade activa. Não obstante, Lee e Mason (2010) realçavam que: *“Se os pequenos grupos de trabalhadores têm altos níveis de capital humano, porque os pais e / ou contribuintes têm investido mais em cada criança, os padrões de vida podem subir, apesar da estrutura etária aparentemente desfavorável (...) Contingentes jovens mais produtivos não apenas contribuirão directamente para o crescimento económico, mas também reduzirão a carga tributária necessária para sustentar a crescente geração mais velha, aumentando os níveis médios do produto”*. (David Bloom, 2011:24).

“O capital humano e as ideias estão intimamente ligados na produção e utilização. (...) O capital humano mais habilitado, resultado do investimento na educação dos mais jovens, produz ideias e estas são utilizadas no processo educativo para produzir mais capital humano. (...). O círculo virtuoso entre população e ideias contribui para a aceleração de crescimento económico” (Jones and Romer, 2010: 240 a 243).

III.1.1.1. Qualificação do Capital Humano

Sendo certo que o potencial de respostas a estratégias de crescimento e desenvolvimento mais exigentes em termos de capital humano qualificado a médio e longo prazo (áreas da saúde, tecnologia, investigação, etc.) fica diminuído com níveis baixos de instrução, então a análise da estrutura de habilitações literárias dos recursos humanos da população dum concelho é indispensável. Segundo dados do INE, 2011, a taxa de analfabetismo do Oeste é superior à média nacional, 6,1% contra 5,2% de média nacional. Com taxa de analfabetismo inferior à média do Oeste, temos os concelhos de Arruda, Caldas da Rainha, de Nazaré e de Torres Vedras, com 5,5%, 5,6%, 5,7% e 5,8%, respetivamente. A qualificação dos recursos humanos do Oeste segue um padrão de qualificação semelhante ao nacional, caracterizando-se pela predominância de indivíduos com o ensino básico e escassez de elementos com qualificação média e superior. Os Municípios do Oeste apresentavam, em 2011, valores percentuais baixos da população residente com ensino superior completo, designadamente 11,1%, e portanto inferior à média nacional de 15,1% e Centro de 13,1%. Os concelhos de Arruda dos Vinhos, Caldas da Rainha e Torres Vedras são os que apresentam mais recursos com formação superior (14,8%, 14% e 12,3%, respetivamente), ao invés dos concelhos do Cadaval e Bombarral não indo além dos 9%. Ver gráfico IV, em anexo.

No que concerne à população entre os 30 e 34 anos com ensino superior completo, temos novamente Arruda, Caldas e Torres Vedras com valores mais elevados, figurando em lugar de charneira no Oeste. Uma das principais fragilidades do território, parece ser assim a

baixa qualificação/nível de instrução dos recursos humanos. É de todo inquietante registar que os diplomados em áreas científicas e tecnológicas no Oeste, no ano de 2012/2013, por cada mil habitantes foram somente dois, dados datacentro, extraídos 2015.

III.1.1.2. Atividades Económicas

A dinâmica de crescimento urbano é hoje um dos factores de grande diferenciação no espaço regional. A maior evidência desta dinâmica está nos concelhos mais a Sul na Região Oeste, polarizado por Torres Vedras, nos quais se tornaram claras as características de coroa periférica da AML, sendo notório no seu tecido produtivo as pequenas bacias de emprego industrial em coexistência com a agricultura. A norte do Oeste, polarizados pelas Caldas da Rainha, fortes na produção frutícola e na indústria cerâmica, a dinâmica destaca-se ainda na agricultura e pecuária intensiva, com explorações de pequena dimensão. “Mas o traço mais marcante deste território é a manifestação de processos difusos de urbanização e industrialização em transformação,” sem perder a essência da natureza rural, (Mateus, 2008). O Oeste possui uma estrutura produtiva multifacetada⁵, convivendo com concelhos de vocação piscatória, agrícola e outros ainda de vocação industrial⁶, onde sobressai a ligação à terra e agricultura pelas condições edafo-climáticas muito favoráveis. Do ponto de vista agrícola, os sistemas de produção dominantes do Oeste estão relacionados com a horticultura, fruticultura⁷ e viticultura nos concelhos de Torres Vedras, Cadaval, Bombarral, Lourinhã e Peniche, e também à modernização do sector dos vinhos, principais fornecedores do mercado da Região de Lisboa, havendo já exportação significativa. O setor primário tem especial expressão, pela mão de obra que lhe está adstrita, nos concelhos de Bombarral (15,6%), Lourinhã (12%), Óbidos (9,9%), Peniche (9,7%) e Cadaval (9,6%), o que evidencia o peso que esta atividade detém na economia local e nacional decorrente da exportação crescente desta região⁸, mostrado no quadro 4, em anexo. Com um relevante contributo do território do

⁵ Leader Oeste – Programa desenvolvimento rural 2014-2020. Grupo de ação local alto oeste (Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche (distrito Leiria) e baixo oeste (Alenquer, Arruda Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral Monte Agraço, Torres Vedras (Distrito Lisboa).

⁶ Indústrias dependentes dos recursos naturais: empresas de agricultura, de exploração e comércio de produtos agrícolas. As unidades da fileira dos minerais não metálicos estão sobretudo instaladas em Alcobaça/Caldas da Rainha e em Alenquer; As unidades da fileira agro-alimentar estão mais distribuídas, destacando-se os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Peniche. Os tipos de indústria agroalimentar mais importante são o abate, preparação e conservação de carnes e derivados, fabricação alimentos compostos para rações e, de seguida, a conservação de frutos e hortícolas.

⁷ A produção de pêscoço confere a Portugal 1 lugar entre os principais produtores europeus de pêscoços, a seguir Itália, Espanha e França. É 1 produto com reconhecimento de Denominação de Origem.

http://economico.sapo.pt/noticias/pera-rocha-bate-records-de-exportacao_228564.html

⁸<http://www.perarocha.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=33eae525-41ba-481b-b58d-5b686360edfd&m=b26>

Oeste para a produção nacional, surge, em particular, a pêra rocha, onde o Bombarral, segundo dados da Associação Nacional de Pêra Rocha (ANP) representa a maior relação entre área de Pêra Rocha/superfície agrícola útil, com 28,87% seguida de Cadaval (22,15%), Óbidos (11%), Lourinhã (10,15%), Caldas da Rainha (9,89%) e Alcobaça (5,27%). De acordo com a Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça (APMA), a produção de Maçã é responsável por um volume de negócios na ordem dos 50 milhões de euros/ano e emprega 2.500 pessoas, incluindo recursos humanos com qualificação superior. De origem similar, a cultura da Ginja é outra fileira emergente de grande valor económico, onde Óbidos assume especial relevância. A expressão económica da pesca, medida pela pesca descarregada, conferiu ao porto de pesca de Peniche e Nazaré um lugar destacado entre os portos de pesca da Região de Lisboa e Vale do Tejo e de Portugal.

A atividade industrial é um setor com uma forte tradição local, relacionada com o aproveitamento dos recursos naturais locais, nomeadamente produtos agrícolas, sendo dominante a coexistência de um sector tradicionalmente baseado em mão-de-obra intensiva e pouco qualificada a par de algumas empresas bem apetrechadas tecnologicamente e volume de emprego muito significativo, nomeadamente indústrias alimentares, bebidas e minerais não metálicos. O Comércio, por grosso e a retalho, concentrado nos concelhos mais urbanos de Alcobaça, Caldas da Rainha, e Torres Vedras, regista um crescimento significativo.

Em termos genéricos, no padrão de evolução demográfica e económica do Oeste nas últimas décadas reconhece-se uma dinâmica interna favorável ao reforço das funções terciárias concentradas nos principais aglomerados, conforme quadro 4, em anexo, à custa do abandono de populações e actividades de zonas rurais e piscatórias, concretizando-se na transferência de população ativa do setor primário para o terciário. Ainda assim, o sector primário é quem ocupa, directa e indirectamente, o maior número de activos, gerando um valor acrescentado bruto superior ao Centro e Portugal, conforme mostra quadro 5, em anexo.

Do ponto de vista turístico, os centros históricos de Óbidos e Alcobaça, são responsáveis por 50% das dormidas turísticas do Oeste (INE, 2013). Em 2013, Óbidos é o principal contribuinte para o número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, 2000 dormidas/100 unidades, valor muito superior ao do Oeste, 206 dormidas/100 unidades. Paralelamente, a atividade de animação marítimo-turística tem crescido de forma acentuada com o mercado de surf em Peniche e Nazaré.⁹ No que respeita à atividade

⁹“Em Peniche gera mais de €13 milhões só numa semana (...) só a prova Rip Curl Pro 2013, em Peniche — que conta para o campeonato do mundo de surf — rendeu €13,3 milhões em receitas, apenas numa semana. (...) Os

empresarial, o Oeste em 2012 apresenta dinâmicas empresariais favoráveis, com uma densidade empresarial de 17,4 empresas/Km², face ao Centro que atinge 8,2 empresas/km², veja-se o quadro 6, em anexo. As empresas registam uma taxa de sobrevivência superior quando comparada com a região de Lisboa. Os concelhos de Alenquer e Caldas ostentam algumas empresas com mais de 250 pessoas ao serviço, mas a maioria das empresas tem menos de 10 pessoas ao serviço. Apesar da proximidade à grande metrópole que é Lisboa e do que isso representa em termos de mercado, o perfil empresarial do Oeste assenta, ainda, numa estrutura produtiva pouco diversificada e dirigida a produções de baixo valor, com reduzido investimento em I&D e modelos de negócios baseados na mão-de-obra intensiva e mal remunerada, vejam-se os quadros 5 e 6, em anexo. Como possível causa, poderão estar associadas as baixas qualificações dos recursos humanos existentes no Oeste, mais acentuado nuns concelhos do que noutros e a fraca capacidade destes concelhos em atrair pessoal altamente qualificado. Não obstante a influência da AML sobre Torres Vedras e Caldas da Rainha, é certo que estas duas unidades territoriais nas últimas décadas têm visto um reforço populacional, em que as forças resultantes da atração exercida pelos equipamentos de ensino, saúde, infraestruturas produtivas, sociais e melhores condições de vida existentes em Torres Vedras e Caldas da Rainha têm vindo a enfraquecer, mais ou menos acentuado, os restantes sistemas de produtividade locais.

III.1.1.3. População Ativa e Emprego

A nível nacional a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos corresponde a 66%. O Oeste apresenta uma posição ligeiramente mais favorável, com 69% da população em idade ativa empregada. Não obstante as baixas qualificações, o oeste tem conseguido responder positivamente ao problema do desemprego desde 1981, mantendo taxas idênticas ou mesmo mais baixas que as do País, cerca de 11,4% contra 12,7% em 2011, respetivamente. O desemprego jovem, embora muito elevado, situa-se abaixo da média nacional em 2,5 pontos percentuais. Como possível explicação do desempenho mais favorável da taxa de empregabilidade, será o facto do Oeste registar cerca de 21% da sua população ativa a trabalhar por conta própria denotando iniciativa empresarial, como se pode ver no quadro 4, em anexo. O Centro, com um total de 940 mil pessoas empregadas em 2011, representa 21% da população activa portuguesa, cerca de 4.361 mil pessoas. O Oeste, representando 16% da população ativa da região centro (1.056 mil pessoas) regista uma taxa

investimentos na hotelaria da Nazaré multiplicam-se e somam já €30 milhões e as receitas na restauração sobem à razão de 50% ao ano.” <http://expresso.sapo.pt/economia/2015-11-08-Surf-vale-400-milhoes>

de atividade¹⁰ de 55,8%, próxima da nacional e superior à região centro, de 55,9% 52,6%, respetivamente. Destacam-se as taxas de atividade dos concelhos de Arruda (61,3%), Alenquer (59,7%), Sobral (59,3%) e Torres Vedras (57,6%) a superarem as taxas de atividade nacionais (55,9%), Oeste (55,8%) e Centro (52,6%), para mais detalhe consultar o quadro 7, em anexo. Porém, os concelhos de Nazaré, Óbidos, Bombarral e Cadaval, apresentam taxas de atividade inferiores, respetivamente 52,5%, 52,7%, 52,1% e 50,2%, indiciando as inerentes consequências das reduzidas qualificações dos recursos humanos.

No que concerne ao posicionamento em termos de poder de compra, os concelhos com poder de compra mais elevado, são Caldas da Rainha (100,5%), Torres Vedras (97,8%), Arruda (93,4%), Alenquer (92,6%), Peniche (86,3%), Nazaré (84,6%), Sobral (84,1%), Alcobaça (83,4%) e Óbidos (78,2%). O Bombarral (77,7%) e Cadaval (71,1%) apontam as maiores dificuldades de inserção no conjunto. Para tal, contribuem os salários tipicamente baixos face à média nacional e região centro, vide gráfico V e quadro 8, em anexo.

III.2. Explicitação e Análise dos Indicadores Existentes

Os movimentos pendulares representam os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e de trabalho ou estudo, os quais advêm da não coincidência entre os locais de residência e os de trabalho ou estudo (CCDRC, 2013). Eles assumem uma importância estratégica, quer nas dinâmicas do território (gestão de redes, de transporte, mercados de trabalho, habitação, infraestruturas de águas e resíduos, ambiente e respostas sociais) e na qualidade de vida das populações, quer na definição e implementação das políticas públicas visando o ensino, emprego, saúde, apoios sociais e cultura, de modo a assegurar as necessidades das suas populações. Pelo que, o seu conhecimento permite uma melhor sustentação da decisão, enquanto espaço de trabalho ou estudo, aferindo até que ponto existe coincidência entre atividades económicas e função residencial, assim como refletir sobre as deslocações diárias por motivos laborais ou escolares da população.

Nesta secção irão ser analisados os movimentos pendulares da população referente à função produtiva (força de trabalho e estudantes) e função residencial (novos habitantes) dos seis municípios em análise referentes ao ano de 2011. Somente serão citados os restantes municípios do Oeste, com impactos nas entradas e saídas de população dos seis municípios em análise. O propósito desta análise prende-se com a necessidade da utilização dos dados destas funções para reformulação do cálculo de taxa de atracção/repulsão do INE, que calcula

¹⁰ Taxa de atividade - relação entre a população ativa e a população residente em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

uma taxa de atracção/repulsão para a função residencial e outra para a função produtiva, num único indicador congregando as duas funções, obtendo uma única taxa de atracção/repulsão que represente o grau de atratividade municipal de modo global.

As empresas, hoje, deslocalizam não só a produção (fábricas) mas também os conhecimentos (quadros técnicos) devido ao fator de atracção que os grandes centros urbanos exercem sobre as pessoas, perante as inúmeras ofertas e oportunidades inexistentes em espaços de menores dimensões. A proximidade espacial entre concelhos e sua densidade (aglomeração) são determinantes para o seu crescimento, e é na região polarizadora que se concentram os equipamentos de nível superior, o capital humano e social e a maior dinâmica. Nesta sequência, o centro urbano assume a capacidade de fomentar deslocações em seu benefício, sendo a sua centralidade conferida pela atratividade que decorre da aptidão para a criação de emprego (perspetiva económica) e da influência exercida pelas infraestruturas e equipamentos de ensino, saúde, justiça, cultura (perspetiva sócio funcional), como indiciam os movimentos populacionais, com base nos Censos de 2011.

O Eixo Urbano do Oeste evidencia intensos processos de urbanização, suscitados pela boa acessibilidade a Lisboa e Leiria, constituindo uma centralidade urbana em rápida transformação ao longo da A8, sobressaindo dois pólos populacionais de maior dimensão, Torres Vedras e Caldas da Rainha, como se observa na figura C, em anexo, vindo de seguida Alcobaca e Alenquer, este último, em menor escala e por influência da (AML). Estes quatro concelhos, em conjunto, representavam em 2011 quase dois terços da população total do Oeste (em 1960 atingiam cerca de 60%). Os 3 primeiros, na sua maioria concelhos polarizadores, desenvolvem lógicas de atracção com os núcleos próximos, concelhos polarizados. O Oeste, no cômputo geral, tem vindo a beneficiar de um crescimento populacional mais forte do que a média nacional, em que a proximidade e polarização exercida pela AML traduziu-se no crescimento mais intenso dos concelhos de Alenquer, Arruda e Sobral. Possui excelentes acessibilidades, podendo tirar partido das mesmas para aproximar as unidades territoriais, visando a atratividade dos concelhos, para que estes figurem como recetores de população, residente, mão-de-obra e estudantes. Todavia, caso os concelhos sejam repulsivos, então constituir-se-ão como concelhos emissores de mão-de-obra, ou seja, população que sai do seu concelho de residência para residir, trabalhar ou estudar noutros concelhos, e facilitada pelas mesmas excelentes acessibilidades.

III.2.1. Mobilidade Residencial Interna em 2011

O Oeste revela-se, em termos residenciais (população residente na unidade territorial ¹¹ à data dos Censos de 2011), como recetor líquido de população, e portanto com taxas líquidas de atratividade, resultado de entradas de população num concelho (taxas de atratividade) superiores às saídas de população nesse concelho (taxas de repulsão). Em 2011, as entradas¹² de novos residentes provenientes de outros atingiram cerca de 34 mil pessoas, em que cerca de 57% respeitam aos seis concelhos em análise, cerca de 19 mil residentes.

No que toca às saídas de residentes dum concelho para residirem noutra (s) concelho (s), registaram-se 19 mil pessoas, respeitando aos concelhos de Caldas da Rainha, Óbidos, Lourinhã, Bombarral, Cadaval e Torres Vedras, cerca de 10 mil pessoas.

Segundo a metodologia de cálculo do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de atração de um concelho é apurada pelo rácio entre a entrada de população num concelho e a sua população residente atual e a taxa de repulsa entre a saída de população de um concelho e o seu efetivo total. No quadro 9, em anexo, foi utilizada a população referente ao ano de 2011. A sua análise permite-nos concluir pela efetividade de atratividade, se positiva, ou repulsão do território, se negativa. Donde, face aos resultados espelhados, conclui-se pela atratividade dos respetivos territórios em termos residenciais, sendo, portanto recetores de população. Destaca-se Óbidos com a maior taxa de atratividade líquida e Bombarral com a menor. Em termos absolutos, os concelhos que registaram maiores entradas líquidas de novos residentes foram Torres Vedras (3.878), Caldas da Rainha (2.005), Lourinhã (1.349), Óbidos (673), Cadaval (591) e por fim Bombarral (428).

O quadro 10, em anexo, mostra-nos a população que deixou de residir num concelho (Município de origem, partida de população – MN Origem) e que à data dos censos de 2011 já residia noutra concelho (Município de destino, MN destino). Perceciona-se, com facilidade, quais os locais de destino escolhidos pela população dentro do Oeste, isto é, os concelhos que mais satisfazem as necessidades da população.

Verifica-se que o concelho de Caldas da Rainha é quem mais recebe população dos outros concelhos da região Oeste que opta aí residir. A população sai dos concelhos (MN origem) de Alcobaça (0,89%) do Bombarral (1,38%), do Cadaval (0,99%), de Óbidos (4,02%)

¹¹ A mobilidade residencial interna contempla a população residente no País. No caso de saídas de população com impacto nos concelhos não é possível conhecer com rigor a população que migrou para o estrangeiro.

¹² População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2005) e Naturalidade (País):

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006360&xlang=pt&contxto=bd&selTab=tab2

e outros fora do Oeste, Rio Maior (0,81%) com destino a Caldas da Rainha. Torres Vedras é o escolhido para residir pela população da Lourinhã (1,80%) e Sobral de Monte Agraço (1,32%). Óbidos recebe população de Caldas da Rainha (0,93%), Bombarral é destino para a população do Cadaval em 0,8%. Mas, o fluxo residencial mais significativo, em termos relativos, prende-se com 4,02% da população de Óbidos (MN origem) que prefere residir em Caldas e em que somente 0,93% da população de Caldas (MN Origem) mudou de residência para Óbidos, agora MN destino. Fica presente nestes exemplos uma relação de proximidade muito vincada (espaço), bem como rápidas e fáceis acessibilidades (tempo). Vejam-se municípios de origem, cuja população se distribui para residir em mais do que um concelho. Exemplo disso temos Cadaval que escolhe Bombarral (0,8%) e Caldas da Rainha (0,99), temos o Sobral que se distribui por 4 concelhos, dando preferência a Arruda, que prefere Vila Franca Xira (Outros), e Alenquer opta por outros concelhos da AML, fora do Oeste.

III.2.2. Mobilidade Pendular em 2011

Os movimentos pendulares (função produtiva) registam as entradas e saídas da população empregada ou estudante entre o seu local de residência e o local de trabalho ou estudo, ou seja, regista a população empregada ou estudante residente num município que se desloca para outro município, diferente do seu município de residência, para aí exercer a sua atividade laboral ou estudantil na procura de melhores condições profissionais ou estabelecimentos de ensino. Em 2011 residiam no Oeste cerca de 219 540 pessoas empregadas ou estudantes, representando 61% da população total residente no Oeste.

Os empregados e estudantes correspondiam a 69% e 31% do total de pessoas empregadas e estudantes (152 mil empregados e 67 mil estudantes). Entravam diariamente, em 2011, nos 6 municípios¹³ em análise para estudar ou trabalhar 21 mil pessoas oriundas sobretudo de outros municípios do Oeste, 16 mil para trabalhar e cerca de 4 mil para estudar (38 mil, 31 mil e 7 mil pessoas, respetivamente, se total dos municípios do Oeste). Saem diariamente dos 6 municípios em análise, por local de residência, sobretudo para outros municípios dentro do Oeste, 30 mil pessoas, das quais 24 mil para trabalhar e 6 mil para estudar (60 mil, 47 mil e 13 mil, respetivamente, se total dos municípios do Oeste). Estes movimentos da população ocorrem sobretudo dentro do Oeste, e portanto à escala local, entre municípios, intermunicipais, conforme se pode observar no quadro 11, em anexo.

¹³ https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=148301844&att_display=n&att_download=y

No que concerne aos seis concelhos em análise no ano de 2011, os movimentos pendulares de população empregada em 2011 permitem observar que apenas Óbidos apresenta um crescimento positivo face a 2001 muito favorável, pois pese o saldo negativo de emprego em 2011 de 95 pessoas, o mesmo em 2001 registava -1.072 pessoas. Todos os restantes agravaram a sua posição face a 2001, cujos saldos de emprego registavam, no Bombarral -471 pessoas, no Cadaval -871 pessoas, Caldas da Rainha 971 pessoas, Lourinhã -1854 pessoas e Torres Vedras -1782 pessoas. Todavia, a proporção da população residente no concelho que sai para estudar veio contribuir positivamente para o desempenho global de Caldas da Rainha que recebeu mais 564 estudantes, assumindo, por via disso, a posição de captador líquido de população estudantil, e assim ser o único concelho que patenteia um saldo de emprego e ensino positivo, com 188 pessoas. Destaca-se que 20% da população residente em Caldas da Rainha é estudante e em Torres Vedras 18%.

O quadro 11, em anexo, patenteia a metodologia de cálculo da taxa de atracção/repulsão do INE ao utilizar como referência a população empregada ou estudante residente no município. Nesta sequência, a proporção de população residente empregada ou estudante que trabalha ou estuda noutro município (fluxos de saída), fornecida pelo indicador taxa de mobilidade extra-municipal (taxa de repulsão) e espelhada no quadro 11, revela percentagens mais baixas nos concelhos de Torres Vedras e Caldas da Rainha, com 21% e 23%, respetivamente, ao invés de Óbidos (42%) e Cadaval (32%) que registam as taxas mais altas.

A taxa de atracção bruta, que representa a proporção de população não residente empregada ou estudante e que entra num município (fluxos de entrada), mostra Óbidos com uma taxa de 36,2%, compensando a elevada taxa de mobilidade extra-municipal. Estas taxas de mobilidade extra-municipal e de atracção bruta, sendo elevadas, denunciam uma elevada rotatividade da população empregada e estudante. Em 2001, a taxa de mobilidade extra-municipal da população empregada era de 43% e em 2011 era de 45,5%, um crescimento de 5,8%, mas a taxa de atracção bruta passou de 26,3% para 44,4%, entre 2001 e 2011, um crescimento de 68,8%. O comportamento muito favorável de Óbidos é evidente, não só por via do crescimento acentuado de fluxos de entrada de população empregada na última década, como também pela população não residente mas empregada (entradas) em Óbidos quase equiparar, em termos percentuais, a população residente que sai para trabalhar noutro concelho, 44,4% e 45,5%, respetivamente. Caldas da Rainha com postos de trabalho preenchidos por população não residente em 24,3% ultrapassa o ano de 2001 (23,1%), assim como a atracção de estudantes provenientes de outros concelhos (21,6%) supera as saídas de estudantes residentes em Caldas da Rainha, sendo o único concelho em que tal desempenho

positivo se verifica, à exceção de Peniche e Arruda, mas que não pertencem aos seis concelhos em análise, eventualmente alvo de referências pontuais para efeitos de enquadramento. Resultam graus de atratividade da população empregada a rondar os 100%, concretamente, 98,2% para Caldas da Rainha e 98% para Óbidos (em 2001 situavam-se, respetivamente, em 104,3% e 77,4%). O grau de atratividade da população estudantil supera a referência dos 100% em Caldas da Rainha, 105,7%, e próximo de 100% temos Torres Vedras com precisamente 96,7%. Os restantes concelhos posicionam-se entre 78% a 84%.

Os fluxos de mão-de-obra e estudantes permitem classificar todos os concelhos do Oeste como fornecedores líquidos de mão-de-obra e com dificuldade em reter e atrair estudantes, à exceção de Caldas da Rainha. A insuficiência de postos de trabalho, obtida pela comparação entre a taxa bruta de atracção e a taxa de mobilidade extra-municipal (taxa de repulsão), gerados face à população residente ativa empregada, à exceção de Caldas da Rainha, prejudica a capacidade da população residir e trabalhar no mesmo concelho, com efeitos pouco favoráveis nas taxas de atividade concelhias, produto e crescimento económico, favorecendo a mudança de residência para outros concelhos onde possam acumular residência, trabalho e estudo. A análise das taxas de atracção e repulsão deverá ser complementada com o indicador de índices de polarização, pois também estes, a par daquelas, refletem os fluxos diários de população que entram e saem dos territórios. Assim, o índice de polarização reflete a relação entre a utilização do território em termos de atividade (laboral ou estudantil) e a sua ocupação em termos residenciais. O seu cálculo é apurado através do rácio entre a população que trabalha ou estuda na unidade territorial e a população residente (empregada ou estudante) na unidade territorial. Quando o índice é:

- unitário, a população que trabalha ou estuda no território é igual ao efetivo (trabalhadores e estudantes) que aí reside;
- superior à unidade, maior capacidade em atrair atividades do que em fixar população;
- inferior à unidade revelam territórios com predomínio da função residencial em detrimento da função produtiva (capacidade de gerar atividade laboral ou escolar) tendo alguma da sua população residente a exercer a sua atividade noutras unidades territoriais.

Os índices de polarização, representados no quadro 12, em anexo, identificam-se com o indicador do grau de atratividade/repulsão apurado no quadro 11, em anexo, o qual é obtido pelo quociente entre o número de postos de trabalho gerados e a população residente empregada. Portanto, o índice de polarização do emprego e ensino é apurado de igual modo.

Assim, conforme quadro 12, em anexo, dos seis municípios em análise e na perspetiva da população empregada, detinham índices próximos da unidade, Caldas da Rainha (98,2%),

Óbidos (98%) e Torres Vedras (91,7%), embora mais afastado da unidade. A proximidade à unidade, tal com o já referido, revela um equilíbrio entre o efetivo que residia no território (função residencial) e a população que utilizava esse mesmo espaço por motivos de trabalho, ou seja, por cada 100 residentes no município, 98 trabalhavam nele no caso dos dois primeiros municípios referidos.

A análise incide no equilíbrio entre o efetivo que reside em cada município e a população que utiliza esse mesmo espaço por motivos de trabalho ou estudo e tentar-se-á enquadrar os municípios em 4 cenários, conjugando o grau de atratividade/repulsão (índice de polarização do emprego e ensino) e taxas de atração e mobilidade extra-municipal:

- Elevadas taxas de atração e fracas taxas de repulsa – retém a população residente, estudante e/ou empregada assim como atrai população de outros municípios. Encontra-se associado a um índice de polarização igual ou superior a um: Caldas da Rainha, ligeiramente superior a um, indiciando capacidade em atrair atividades e não só fixar população.
- Baixas taxas de atração e elevadas taxas de repulsa e índice de polarização inferior e afastado da unidade, onde domina a função residencial em detrimento da capacidade produtiva (laboral ou estudantil), tendo parte relevante da sua população residente a exercer a sua atividade noutros municípios. Por conseguinte, existe maior capacidade para fixar população residente do que empregar trabalhadores ou captar estudantes. É o caso da Lourinhã, Cadaval e Bombarral.
- Baixas taxas de atração e repulsa e índice de polarização inferior, mas muito próximo da unidade, caso de fluxos de entradas e saídas pouco significativas.
- Elevadas taxas de atração e repulsa e índice de polarização inferior a um. Elevada rotatividade da população empregada e/ou estudante, com fluxos de entradas e saídas muito significativos, sendo o caso de Óbidos e Torres Vedras.

O quadro 13, em anexo, sintetiza os principais fluxos de saída de população empregada do Oeste. Evidenciam-se as lógicas territoriais de dependência em termos de atividade (emprego e estudo), não tendo sido aqui contemplada a mobilidade para territórios fora da Região. Da sua interpretação, extrai-se que 26% da população empregada residente em Óbidos (empregada ou estudante) exerce a sua atividade nas Caldas da Rainha, denotando a forte dependência de Óbidos relativamente a Caldas da Rainha. Do Bombarral deslocavam-se trabalhadores para exercer a sua atividade no Cadaval em 4,1%, Caldas da Rainha em 7,2%, Óbidos em 4,2% e Lisboa com 4,7%. Da população empregada residente no Cadaval, cerca de 4,2% exercia a sua atividade no Bombarral, 5,9% em Caldas da Rainha, 4,8% em Torres Vedras e 5,6% em Lisboa. A população empregada de Caldas da Rainha escolhia como

município de destino para exercer a sua atividade os municípios de Alcobaça com 4,8% e Óbidos com 4,7%. Da Lourinhã com destino a Peniche provinham trabalhadores em 4,2%, para Torres Vedras em 12,3% e 5,5% para a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Por fim, de Torres Vedras para Lisboa e outros concelhos da AML, com 8% e 4%, respetivamente.

Conclui-se que os fluxos de saída de população empregada mais relevantes têm destino a Caldas da Rainha e Torres Vedras. Para exercer atividade laboral nas Caldas da Rainha provinham trabalhadores residentes em Alcobaça (5%), Bombarral (7,2%), Cadaval (5,9%) e Óbidos (26,1%) e para exercer em Torres Vedras, deslocavam-se os trabalhadores residentes no Cadaval (4,8%), Lourinhã (12,3%) e Sobral Monte Agraço (5,8%). Bem espelhado fica a forte influência que Lisboa detém sobre os municípios do Oeste, ver quadro 13, pois é captador de mão-de-obra de todos os municípios do Oeste à exceção de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche. Assumem a posição de emissores/fornecedores de mão-de-obra para Lisboa, Alenquer (10,9%), Arruda dos Vinhos (16,7%), Bombarral (4,7%), Cadaval (5,6%), Lourinhã (5,5%), Sobral de Monte Agraço (13,8%) e Torres Vedras (8%).

Suportado pela contiguidade de municípios ou pelas boas acessibilidades existentes, registam-se fortes movimentos pendulares, assumindo maior impacto nos municípios de origem, sobretudo pelo facto de ser, em primeira linha, a população ativa mais jovem e mais habilitada que mais se desloca, deixando para trás os menos habilitados, menos jovens e menos produtivos em municípios com fracas taxas de atração.

III.2.3. Proposta de Adaptação do Indicador da Taxa de atratividade/repulsão

Sabendo que, segundo dados do INE de 2011, 82,6% dos movimentos ocorrem dentro do Oeste, sendo, portanto, intermunicipais¹⁴, importa conhecer quais os concelhos mais ou menos favorecidos com estes movimentos populacionais, ou seja, quais os concelhos escolhidos pela maioria dos estudantes, trabalhadores e residentes, para residirem, trabalharem e estudarem.

No caso do indicador proposto pelo INE, o cálculo da taxa de atração ou repulsão da função residencial e função produtiva (laboral e ensino), são apurados de modo distinto, consoante se trate de movimentos pendulares residenciais (população residente num concelho que opta¹⁵ por outro para residir) ou movimentos pendulares da população empregada ou

¹⁴ Na maioria dos municípios, as deslocações pendulares ocorrem essencialmente a uma escala local, Oeste, evidenciando um relacionamento equilibrado em termos territoriais entre população e atividades, exceto Sobral, Arruda (relacionado com V. Franca Xira, Loures e Lisboa) e Alenquer (V. Franca Xira e Lisboa), CCDRC, 2013

¹⁵ Opta por outro - fluxos de saída do município de origem e fluxos de entrada no município de destino

estudante (população empregada ou estudante residente num concelho que opta por outro, diferente do da sua residência, para exercer a sua atividade laboral ou estudantil). Assim, para o cálculo da taxa de atração ou repulsão da função residencial numa unidade territorial é tomado em consideração o efetivo total, isto é, a população residente, nesse local. Já no caso da função produtiva (laboral e/ou estudante), é tomado em consideração a população residente empregada ou estudante e não o efetivo total.

A proposta de alteração a este indicador consiste em substituir, no caso da função produtiva, a população residente empregada e estudante pelo efetivo populacional total. Naquelas condições, o cálculo da taxa de atração ou repulsão poderá vir enviesado, por defeito ou excesso, consoante o grau de envelhecimento populacional. Por exemplo, em municípios envelhecidos, a função produtiva regista taxas de atratividade mais elevadas, justamente porque as entradas são relacionadas com parte da população, empregada e estudante, e não à população residente total. Idêntico raciocínio se fará se se tratar do cálculo da taxa de repulsão, em que as saídas, naturalmente, serão menores, pois os idosos não sendo população ativa não só já não trabalham nem estudam como, em termos residenciais, estão menos predispostos à mudança. No entanto, o envelhecimento populacional de uma unidade territorial não deverá ser descurado, pois permitem a visão global da realidade concelhia como um todo, a necessidade de investimento em equipamentos sociais e a urgência de medidas que contrariem este desequilíbrio populacional.

A pertinência das saídas ou entradas, ao não considerarem no cálculo a população em idade não ativa (jovens ainda não estudante e idosos) transmitem taxas de atração/repulsão favoráveis ou desfavoráveis caso sejam consideradas todas as mais e menos valias concelhias existentes nos concelhos de origem ou destino.

Sendo certo que em concelhos mais envelhecidos, ao ser tido em consideração a população residente, a taxa de atratividade é menor, pois as entradas estão, agora, relacionadas com a população total, também se adita a vantagem, suportada pela proposta de adaptação do cálculo da função produtiva, de construir um único indicador de atração e repulsa para ambas as funções: residenciais e produtivas, com denominador comum, ou seja, população residente total, colmatando a dispersão de taxas per si e o desfasamento das realidades concelhias existentes, sendo um facilitador na perceção da necessidade de intervir, mais ou menos urgente, mediante a aplicação de políticas locais que contrariem os efeitos mais nefastos, por via da promoção de medidas como o incentivo à fixação de jovens qualificados provenientes de outros territórios. Assim, reduzir-se-á a preponderância do envelhecimento com mais capital humano e seus atributos, aumentando a taxa de atividade, o

dinamismo, o empreendedorismo e criatividade no desenvolvimento de atividades locais, as sinergias ao nível do emprego e da educação, advindo, por tal, efeitos positivos no crescimento económico e sustentabilidade intergeracional futura, como se analisará na secção IV, quando da análise da correlação entre algumas destas variáveis.

A proposta deste trabalho assentará no cálculo de taxas de atracção/repulsão que toma como referência a população residente total na unidade territorial. Apresenta-se, no quadro 14, em anexo, a proposta de cálculo da taxa de atratividade, grau de atratividade/repulsão, tendo como referência a população total residente em substituição da população empregada e estudante aquando do apuramento da função produtiva, na medida em que para a função residencial a referência utilizada pelo INE é já a população residente total. O grau de atratividade/repulsão da função residencial e produtiva é obtida pelo quociente entre a soma da população residente, saldo dos movimentos residenciais e saldo do emprego e ensino pelo efetivo total do concelho.

Para quem questiona, procura, escolhe ou deseja residir, mudar de emprego ou ensino com o intuito de melhorar as suas condições de vida, seja através de amenidades locais (f. residencial), progressão profissional, valorizações remuneratórias (ofertas de emprego – f. produtiva) ou equipamentos de ensino com qualidade (ensino – f. produtiva) acrescido de boas acessibilidades e proximidade dos territórios, afigura-se mais útil obter a informação concentrada em vez de desagregada. Não obstante, não desaproveita, de todo, a informação desagregada se os agentes locais/decisores políticos na posse da informação global concelhia, obtida com esta proposta de adaptação, queiram levar a cabo medidas/ações específicas dirigidas a captar residentes jovens mediante a atribuição de habitação ou rendas financiadas pelo município, ou captar população estudantil em áreas técnicas de utilidade para o concelho mediante a atribuição de bolsas e com o propósito de atrair empresas nessas vertentes, ou compartilhar a saúde (medicamentos, planos de saúde) para captar população ativa para, no imediato, aumentar as taxas de atividade, etc.

III.2.3.1. Taxa de atratividade/repulsão segundo metodologia do INE versus Proposta de alteração da taxa de atratividade/repulsão

Na primeira parte do quadro 15 (metodologia do INE), a taxa de atracção (repulsão) da função produtiva é obtida pelo quociente entre a entrada (saída) de população empregada e estudante que reside noutro (no) concelho pela população empregada e estudante do concelho, conforme metodologia do INE. O grau de atratividade da função produtiva é

apurado através do quociente entre a população empregada e estudante e saldo do emprego e ensino pela população empregada e estudante.

Quadro 15 – Resumo da Função Produtiva (laboral e estudantil) – Comparação

Movimentos População Empregada/ Estudante por Local de Residência (%)		Bombarral	Cadaval	Caldas Rainha	Lourinhã	Óbidos	Torres Vedras
INE	Taxa Bruta de Atração	19,3	15,1	23,4	13,1	36,2	15,3
	Taxa mobilidade extra-municipal (Taxa repulsão)	30,0	31,8	23,0	29,8	41,4	21,1
	Grau de atratividade/repulsão (taxa repulsão: < 100%); (taxa atração: > 100%)	86,8	80,4	100,6	80,8	91,7	93,2
ALTERAÇÃO	Taxa de Atração Bruta	9,6	6,7	14,1	6,3	19,4	8,9
	Taxa de Repulsão	17,1	17,5	13,7	17,8	24,3	13,2
	Grau atratividade/repulsão: (taxa repulsão: < 100%); (taxa atração: > 100%)	92,5	89,2	100,4	88,5	95,1	95,7

Fonte: Elaboração Própria, com base em valores absolutos e percentuais do INE, ano de 2011

Na segunda parte do quadro 15 (alteração), a taxa de atração (repulsão) da função produtiva e o grau de atratividade/repulsão é apurado como o do INE, exceto no que respeita à natureza da população tida em conta, ou seja no caso do INE, os dados são relativizados pela população empregada e/ou estudante, no caso da metodologia proposta são relativizados pela população residente total na unidade territorial.

No caso da função residencial, mostrado no quadro 16, esta é calculada de igual modo, tanto pelo INE como na proposta, pois têm em consideração a população residente total. A taxa de atração (repulsão) da função residencial é obtida pelo quociente entre a população residente e entrada (saída) de população que antes residia noutra (no) concelho pela população total do concelho.

Quadro 16 – Resumo da Função Residencial Interna – INE/Alteração

Movimentos Residenciais por Local de Residência (%)		Bombarral	Cadaval	Caldas Rainha	Lourinhã	Óbidos	Torres Vedras
INE ALTERAÇÃO	Taxa de Atração	9,8	10,1	9,7	10,3	12,9	9,0
	Taxa Repulsão	6,5	6,1	6,2	5,6	7,8	4,5
	Grau atratividade/Repulsão (Taxa repulsão: <100% ; Taxa atração: >100%)	103,3	104,0	103,5	104,7	105,1	104,5

Fonte: Elaboração Própria, com base em dados do INE, 2011

Conclui-se dos resultados obtidos que Caldas da Rainha é o único concelho dos observados que assume atratividade superior a 100% em ambas as funções, residencial e produtiva, seguido de Torres Vedras e Óbidos. Todavia, se observarmos a taxa de atratividade

da função produtiva de Caldas da Rainha, verifica-se que no caso do indicador proposto a atratividade é menor que a preconizada pelo INE, 0,36% contra 0,6%.

Os concelhos de Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras apresentam taxas da função produtiva inferiores a 100%, em ambas as metodologias de cálculo, e portanto, repulsivos na captação de mão-de-obra ou estudantes, contudo, no caso de Óbidos o grau de atratividade é prejudicado pela população estudantil, pois tratando-se da atratividade de população empregada, verifica-se que situa-se em 99,2% ao invés de Torres Vedras, com 96,3%. Acresce realçar que os resultados obtidos com a nova metodologia não sendo tão desfavoráveis como a do INE, indiciam sinais de vigilância ao crescimento económico local.

Outro fator a salientar prende-se com a capacidade de alguns municípios em fixar novos residentes, abrangendo outras mais-valias existentes nos territórios, além das funções produtivas. Logo, ao conjugar a função produtiva com a função residencial, facilitado com o indicador proposto, patenteiam-se, taxas de atratividade mais favoráveis e em mais concelhos, nomeadamente Caldas da Rainha com 103,90%, Óbidos com 100,26% e Torres Vedras com 100,20%. Pelo que, a virtude do indicador proposto reside não só na integração da população total e não só parte, distorcendo as características existentes no território e suas influências no crescimento económico e social destes, como também a obtenção dessas mesmas realidades num só indicador e ademais poder observar a informação de modo desagregado e para diversos públicos-alvo, como foi feito, caso se pretendam análises mais pormenorizadas.

IV. Fatores Determinantes da Capacidade de Atratividade/Repulsão dos Município do Oeste: Uma Reflexão

Nesta secção refletimos sobre os principais fatores potenciais determinantes do crescimento económico das economias locais e em que medida, à luz da literatura, poderão contribuir para a melhor compreensão dos resultados obtidos, bem como alguns destes influenciam a taxa de atracção e o grau de atratividade dos municípios. Para tal, irá ser utilizada a ferramenta de análise de correlação (Correlação de Pearson) para examinar cada par de variáveis seleccionadas, a fim de saber como estas se relacionam, ou seja, se a valores altos de uma variável estão associados valores altos da outra (correlação positiva), ou o contrário (correlação negativa) ou, simplesmente, não se relacionarem (correlação próxima de zero). O coeficiente de correlação linear, r , deverá situar-se no intervalo entre $[-1;1]$.

Constata-se nos três primeiros quadros, 17,18 e 19, que a relação entre a população jovem residente com o número de empresas e com taxa de atividade indicia uma correlação positiva e muito forte, pois o coeficiente de correlação situa-se próximo de 1.

Quadro 17 – Popul. jovem e nº empresas

Municípios	Pop. Jovem (nº)	Nº Empresas
Bombarral	1 372	1 541
Cadaval	1 254	1 478
Caldas Rainha	5 493	6 109
Lourinhã	2 729	3 117
Óbidos	1 116	1 560
Torres Vedras	8 336	9 551
	r = 0,9992	

Fonte: Elaboração própria

Quadro 18 – Nº empresas e pop. hab. superior

Municípios	Nº Empresas	Habil. Superior (nº)
Bombarral	1 541	982
Cadaval	1 478	824
Caldas da Rainha	6 109	5 794
Lourinhã	3 117	1 928
Óbidos	1 560	946
Torres Vedras	9 551	7 748
	r = 0,9898	

Quadro 19 – Pop. jovem e taxa atividade

Municípios	Pop. Jovem (nº)	Tx. Atividade (%)
Bombarral	1 372	52,10
Cadaval	1 254	50,20
Caldas Rainha	5 493	55,30
Lourinhã	2 729	54,70
Óbidos	1 116	52,70
Torres Vedras	8 336	57,60
	r = 0,9060	

O mesmo sucede com a relação entre número de empresas e população com habilitações superiores. Ou seja, depreende-se que quanto maior o efetivo populacional jovem numa unidade territorial, maior probabilidade existe em atrair empresas, capital humano mais qualificado e, por conseguinte, um aumento das taxas de atividade do concelho. Os quadros 20, 21 e 22, indicam, pelos coeficientes de correlação positivos e também próximos de 1, que os fatores remuneração, qualificação do capital humano e o número de empresas existentes no território têm forte influência na atracção e grau de atratividade municipal, donde os territórios com maior efetivo populacional jovem e qualificado, melhores remunerações e tecido empresarial estarão associados a melhores desempenhos, mais produto, bem como melhor posicionados na atracção a mais investimento, mais capital humano e mais aptos para assegurar o crescimento económico e sustentabilidade intergeracional do território.

Quadro 20 – Remuneração e taxa atracção bruta

Municípios	Remuneração (€)	Tx. Atracção bruta (%)
Bombarral	816,2	19,4
Cadaval	854,4	16,8
Caldas Rainha	894,8	23,8
Lourinhã	815,3	16,7
Óbidos	955,4	32,3
Torres Vedras	915,3	17,9
	r = 0,7461	

Quadro 21 – Hab. Superior e grau atratividade

Municípios	Habil. Superior (nº)	Grau atratividade (%)
Bombarral	982	95,76
Cadaval	824	93,24
Caldas Rainha	5.494	103,9
Lourinhã	1.928	93,2
Óbidos	946	100,26
Torres Vedras	7.748	100,20
	r = 0,6341	

Quadro 22 – Nº empresas e grau atratividade

Municípios	Nº empresas	Grau atratividade (%)
Bombarral	1 372	95,76
Cadaval	1 254	93,24
Caldas Rainha	5 493	103,9
Lourinhã	2 729	93,2
Óbidos	1 116	100,26
Torres Vedras	8 336	100,20
	r = 0,9060	

Fonte: Elaboração própria

Chegados aqui, fica evidente, corroborando os estudos literários trazidos a este trabalho e constantes na secção II, o relacionamento entre estas variáveis e suas influências no efetivo populacional dum território, na proporção da população jovem, nos atributos do capital humano existente, número de empresas, renovação da população ativa, taxas de atividade, remunerações, e da convergência de todos e suas influências no crescimento e desenvolvimento económico dos territórios. Embora, os resultados sejam preliminares pois carecem de muitas mais observações a fim de se poderem acompanhar da respetiva significância estatística, pretende-se, no entanto, recordar aos agentes locais e decisores políticos os méritos da utilização desta ferramenta de análise de correlação caso pretendam implementar ações/medidas tendentes ao crescimento económico.

V. CONCLUSÃO

O presente trabalho tinha como propósito medir o grau de atratividade/repulsão de população dos municípios de Caldas da Rainha e Torres Vedras, Centros Urbanos Regionais, e dos municípios que entre eles se posicionam e atravessados longitudinalmente pela A8, designadamente, Bombarral, Cadaval, Lourinhã e Óbidos. Teve também o propósito de analisar da existência de correlação ou não dos indicadores calculados como fatores atrativos e repulsivos (variáveis) presentes em alguns municípios do Oeste, tais como: capital humano, qualificações, proporção de população jovem, rejuvenescimento da população ativa, salários, taxas de atividade, bem como a sua importância no crescimento económico destas unidades territoriais. A análise efetuada no presente trabalho de projeto, permite-nos concluir que o Oeste, em termos absolutos e entre 1991-2011, demonstrou uma tendência sustentada e contínua para o reforço populacional das principais áreas urbanas, Torres Vedras, Caldas da Rainha em detrimento de concelhos mais agrícolas, interiores e mais envelhecidos, Cadaval e Bombarral. Também a densidade populacional evidencia as dissemelhanças do litoral e interior e no respeitante à população residente com formação superior em 2011, o Oeste apresenta-se com 4 pontos percentuais abaixo da média nacional e 2% inferior ao Centro que regista 13,1%. Caldas da Rainha e Torres Vedras apresentam 14 e 12,3 pontos percentuais, respetivamente. Porém, Cadaval e Bombarral não excedem 9%.

A dinâmica de crescimento urbano está mais a sul do Oeste, polarizado por Torres Vedras e mais a norte, polarizados por Caldas da Rainha, tendo sido reforçados nas últimas décadas, precisamente por lógicas de atração e forças muito fortes que têm vindo a exercer sobre concelhos contíguos menos qualificados, com menos infraestruturas produtivas e equipamentos sociais, menos dinamismo económico que gere riqueza, oportunidades de emprego e vida satisfatória a que todos aspiram e à procura da qual muitos optam por sair, vejam-se os concelhos de Bombarral, Cadaval e Lourinhã com grau de atratividade/repulsa inferior a 100%, portanto repulsivos, em termos globais, espelhado no quadro 14, em anexo. Uma análise mais detalhada dos dados referidos permite ainda comprovar que por motivos residenciais (função residencial), todos os concelhos do Oeste são atrativos, portanto, entradas de novos residentes superiores às saídas, com destaque para Torres Vedras, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Cadaval, e por último Bombarral. Em termos relativos, foi Óbidos que adquiriu maior relevância. Em termos laborais e escolares (função produtiva), constata-se que Caldas da Rainha assume a posição de captador líquido de estudantes com 101,1% e fornecedor de força de trabalho em apenas 0,7% (grau de atratividade/repulsão inferior a 100%, concretamente 99,3%), sendo que Óbidos segue de perto o desempenho de Caldas,

como fornecedor de força de trabalho, em apenas 0,8% (99,2%). Nesta sequência, Caldas da Rainha revela uma atratividade positiva (superior a 100%) materializada em fluxos de entrada superiores aos de saída. Os restantes 5 concelhos analisados assumem-se como fornecedores de força de trabalho e estudantes, ou seja, população que sai desses concelhos para exercer a sua atividade laboral ou escolar noutros diferentes do da sua residência.

Os municípios de Caldas da Rainha e Torres Vedras atraem o maior número de pessoas de outros municípios para exercer a sua atividade, trabalho ou estudo, 7.293 pessoas e 7.110 pessoas, respetivamente, contudo, cerca de 10 mil pessoas saem do concelho de Torres Vedras para trabalhar e estudar e de Caldas da Rainha 7 mil pessoas. Não obstante, no caso de Caldas, do confronto entre entradas e saídas de população resulta um saldo favorável em 188 pessoas, mas um saldo desfavorável para Torres Vedras em menos 3.395 pessoas. Logo de seguida, surge Óbidos com um saldo desfavorável em menos 572 pessoas. Considerando a relevância das entradas de população para trabalhar e estudar, Caldas da Rainha e Torres Vedras constituem-se como grandes pólos de empregabilidade e ensino desta Região.

Em termos globais, consideradas a função residencial e função produtiva, conclui-se pela atratividade de Caldas da Rainha, Óbidos e Torres Vedras, com 103,90%, 100,26% e 100,20%, respetivamente. Destaca-se que Torres Vedras é mais atrativo em termos residenciais que Caldas da Rainha, observado pelo saldo positivo de novos habitantes em 3.555 pessoas e 1.828 pessoas, respetivamente. Todavia, tal como já referido, a situação é inversa quando se trata da função produtiva, com saldo de emprego e ensino de menos 3.395 pessoas e mais 188 pessoas, para Torres Vedras e Caldas da Rainha, respetivamente.

Segundo Ravenstein, 1885 e mais recentemente Rudiger Ahrend e Abel Schumann, 2014, as grandes cidades proporcionam facilidades extraordinárias ao exercício das artes e profissões que um maior número de pessoas passa a nela a habitar, a cada ano que passa. É também nas cidades que os meios e o capital humano se concentram, onde se encontram as universidades, o conhecimento, estimulando o empreendedorismo e a inovação. É a população ativa mais jovem e mais habilitada que mais se desloca, que tendem a procurar alternativas em meios urbanos, deixando para trás os menos habilitados, menos jovens e menos produtivos. Segundo Ascher, 2008, o desenvolvimento local passa por atrair os jovens qualificados, crenes na melhoria das condições de vida e de progressão profissional.

A proposta de adaptação de cálculo do indicador de taxa de atratividade/repulsa/grau de atratividade, permitiu congrega num só indicador as motivações da população residente, empregada e estudante que subjazem aos movimentos residenciais, laborais e estudantis, com a utilização do efetivo populacional existente numa unidade territorial, no que respeita à

função produtiva em vez do efetivo populacional empregado ou estudante utilizado pelo INE e obter uma visão global do concelho. No entanto, também se poderá observar a informação de modo desagregado e para diversos públicos-alvo, caso se pretendam análises com fins específicos. Além do mais é de evocar que os municípios poderão ter outros atrativos a nível residencial (mais valias dos territórios, por exemplo amenidades locais), motivações que levam à mudança de residência para outros concelhos - predomínio residencial em desfavor do produtivo, e que deverão traduzir a realidade concelhia como um todo através de uma taxa de atratividade/repulsão que represente o equilíbrio entre as funções residenciais e produtivas.

Cabe aos decisores e agentes económicos locais priorizar os programas/objetivos/ações e metas ajustados ao crescimento e desenvolvimento económico pretendido. A título de exemplo deixam-se algumas propostas em consonância com os resultados obtidos nas análises de correlação realizadas, via um aumento da capacidade de atracção da população residente, força de trabalho e estudantil, na justa medida em que as análises apontam para correlações positivas e fortes entre as variáveis da população jovem residente com o número de empresas e taxas de atividade, bem como entre número de empresas e população com habilitações superiores, indiciando que quanto maior o efetivo populacional jovem maior a probabilidade na atracção de empresas e capital humano mais qualificado e, por sua vez, aumento das taxas de atividade. Acrescem ainda correlações positivas e fortes entre a taxa de atratividade/grau de atratividade municipal com os fatores remuneração, qualificação do capital humano e o número de empresas existentes no território, donde os territórios com maior efetivo populacional jovem e qualificado, melhores remunerações e tecido empresarial existente estarão associados a melhores desempenhos, mais produto, bem como melhor posicionados na atracção a mais investimento, mais capital humano e mais aptos para assegurar o crescimento económico e a sustentabilidade futura do território. Assim, algumas propostas:

- ♦ Atrair para o território contingentes jovens, mediante, por exemplo a adoção de políticas de arrendamento ou de aquisição de habitação a custos controlados com a recuperação de edifícios degradados para que os jovens mais facilmente se fixem no concelho, ou a atribuição de bolsas aos melhores estudantes em áreas específicas que se pretendam desenvolver no concelho, sob pena de reverter o montante auferido caso, saíssem do concelho, havendo postos de trabalho criados pela atracção de empresas nessas vertentes, ou ainda conceder benefícios a quem pretenda constituir família no concelho (isenção/redução de pagamento de água, licenças camarárias, utilização gratuita de equipamentos municipais, planos de saúde familiar, etc.). Em suma, atrair população mais qualificada, logo mais

produtiva e melhor remunerada que favoreçam a inovação e o aumento da massa crítica nos negócios, constituindo também um potencial de resposta a estratégias de desenvolvimento mais exigentes em Know-How;

- ◆ apostar e ser “facilitador” à implementação de empresas de I&D no ramo da saúde, aproveitando as sinergias já existentes no território nessa área, como por exemplo a reativação do Hospital termal das Caldas da Rainha, recentemente adquirido pelo município ao Estado, e mais exigentes em matéria das competências dos recursos humanos ou relacionadas com o aproveitamento dos recursos endógenos, nomeadamente a conversão da energia das ondas em energia elétrica, a pesca, transformação e sua conservação, ou ainda a transformação/comercialização de produtos agrícolas do Oeste, com criação duma Marca;
- ◆ apostar na criação de estruturas associativas com competência e capacidade para orientar a produção de forma integrada com supervisão da produção por técnicos especializados, com efeitos na dinâmica e produção das explorações e no melhor acesso ao mercado, reformando a mentalidade existente no referente à mão de obra muito intensiva e pouco qualificada para novos métodos produtivos mais rentáveis.

Resta o anseio de que este trabalho possa constituir um ponto de partida para o estudo de outros fatores relevantes ao crescimento e desenvolvimento económico do Oeste e que possa contribuir para a implementação de estratégias políticas locais concretizadas em ações tendentes a minorar as desigualdades concelhias, mais ou menos acentuadas, e proporcionar melhores condições aos jovens qualificados no sentido de evitar o seu êxodo para municípios mais atrativos. Uma das limitações do presente trabalho prende-se com a análise mais profunda aos restantes concelhos que, pontualmente, foram sendo referidos, mas não estudados com detalhe necessário.

Lista de referências bibliográficas

- AIRO (2002): Reestruturação Económica e Desenvolvimento da Região Oeste;
- Ahrend, Rudiger; Schumann, Abel (2014/07): Does Regional Economic Growth depend On Proximity to Urban Centres, OECD, 2014/07;
- Amaro, R. (2009): Desenvolvimento Local, Almedina: Coimbra;
- Aghion, Philippe; Howit, Peter (2000) – Théorie de la croissance endògene. Dunod ;
- Arango, Joaquin (2004): Theories of international migration. In: JOLY, Danièle (Ed.) - International migration in the new millennium, Ashgate, Inglaterra;
- Aydalot, Philippe (1985) – Economie régionale et urbaine. Ed.Economica, Paris;
- Ascher, François (2008): Novos Princípios do Urbanismo/Novos Compromissos Urbanos, Horizonte, Lisboa;
- Bloom, David E.; Canning David; Fink Günther (January 2011): Implications of population aging for economic growth, Working Paper No. 64, Program on the global demography of aging, <http://www.hsph.harvard.edu/pgda/working.htm>;
- Castles, Stephen; Miller, Mark, J. (1998) – The age of migration. International population movements in the modern world. Macmillan Press, 2ª edição, Londres, 336 p.;
- Cavaco, Carminda (2004): Desafios de desenvolvimento rural, Notas de leitura;
- CCDRC (2013), Movimentos pendulares no futuro modelo de organização territorial da Região Centro de Portugal;
- Deller, Steven C: The Role of Amenities and Quality of Life in Rural Economic Growth. American Agricultural Economics Association;
- DLBC Rural (2015): Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, Grupo Ação Local;
- Fonseca, Maria Lucinda (2005) – Migrações e Território. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, CEG, nº64, Lisboa, 220 p.
- Geys, Benny; Heinemann, Friedrich; Kalb, Alexander (2007) Population shrinking and future os European municipalites;
- INE (2015), Revista de estudos demográficos, nº 54;
- INE - População residente (nº) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2005) e Naturalidade (País) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006360&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2
- INE, Censos e estimativas, 1981 a 2014, acesso em 10.03.2016;
- INE, 2011, Movimentos Pendulares:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=148301844&att_display=n&att_download=y

- Jones, Charles I. and Romer, Paul M. (2010): The New Kaldor Facts: Ideas, Institutions, Population, and Human Capital, American Economic Journal, January 2010: Macroeconomics (2:1, 224-245, Vol. 2, Nº 1);
- Lourenço, Ricardo José de Oliveira (2011), Tese de Mestrado: Desenvolvimento económico de regiões de baixa densidade populacional, Faculdade de Economia da UC;
- Mateus, Augusto, 2001: Oeste, Programa Territorial Desenvolvimento, parte IV, p.199;
- Mateus, Augusto & Associados–Sociedade de Consultores (abril 2008): Estudo técnico do Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste, 2008-2013, (2008: 171- 176);
- Mccann, Philip; Oort, Frank Vna (2009), Theories of agglomeration and regional economic growth. Edward Elgar Publishing, UK;
- Nelson, Peter B.; Beyers, William B (1998), Using Economic Base Models to Explain New Trends in Rural Income, Growth and Change, Vol. 29.
- Oeste, Estratégia 2020 (versão Julho 2013), Portugal, PR–01854, Oestecim;
- Portal de Transparência Municipal (www.portalmunicipal.pt), acesso a 28.12.2015;
- Ravenstein George, Ernest (1885): As Leis da Migração, Journal of the Royal Statistical Society (1885:710), Vol.48; Ravenstein (1885:198) e Lee (1969:286-7);
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995)–Sociologia das Migrações, Univ.Aberta, Lisboa;
- Rowland, Jussara (OPJ/ICS-UL) (maio de 2014): A rarefação da população jovem portuguesa - Uma análise a partir dos censos de 2011, Observatório permanente da juventude, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa;
- Stampe, Marianne Z., Alexandre A. Porsse, Marcelo S. Portugal, Eduardo S. de Almeida: Demographic Change and Regional Economic Growth in Brazil, Department of Economics, Federal University of Rio Grande do Sul, Panamá and Nereus/USP, of Juis de For Brazil;
- Velez de Castro, Fátima (2011), Tese de Doutoramento sobre Imigração e desenvolvimento em regiões de baixas densidades territoriais de fronteira no Alentejo (Portugal) e na Extremadura (Espanha), Faculdade de Letras da UC;
- <http://www.perarocha.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=33eae525-41ba-481b-b58d-5b686360edfd&m=b26> , acedido em 09.05.2016;
- http://economico.sapo.pt/noticias/pera-rocha-bate-records-de-exportacao_228564.html, acedido em 09.05.2016;
- <http://expresso.sapo.pt/economia/2015-11-08-Surf-vale-400-milhoes>, acedido 10.05.2016.

ANEXOS

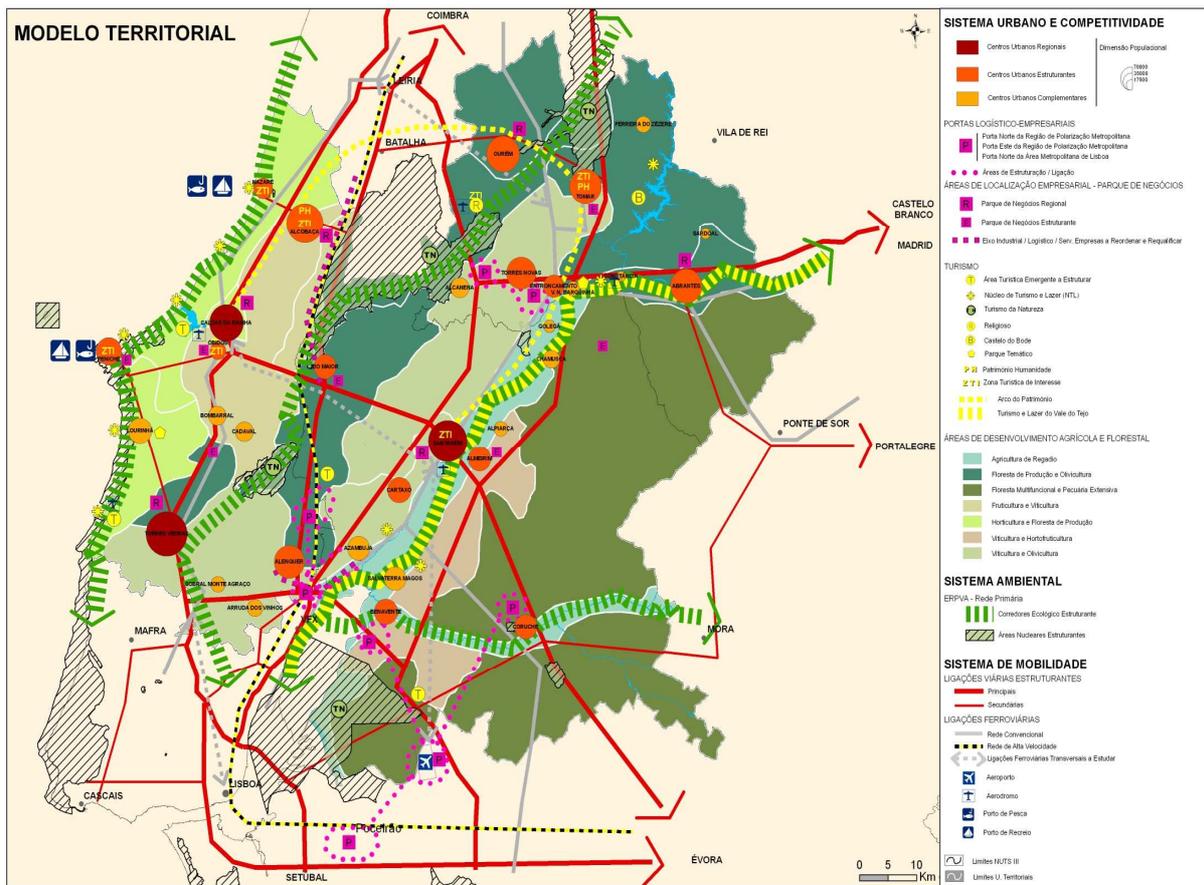


Figura A. Esquema global do modelo territorial para o Oeste e Vale do Tejo
 Fonte: Câmara Municipal Bombarral, Plano de Desenv. Estratégico Bombarral, 2015 - PROT OVT 2008

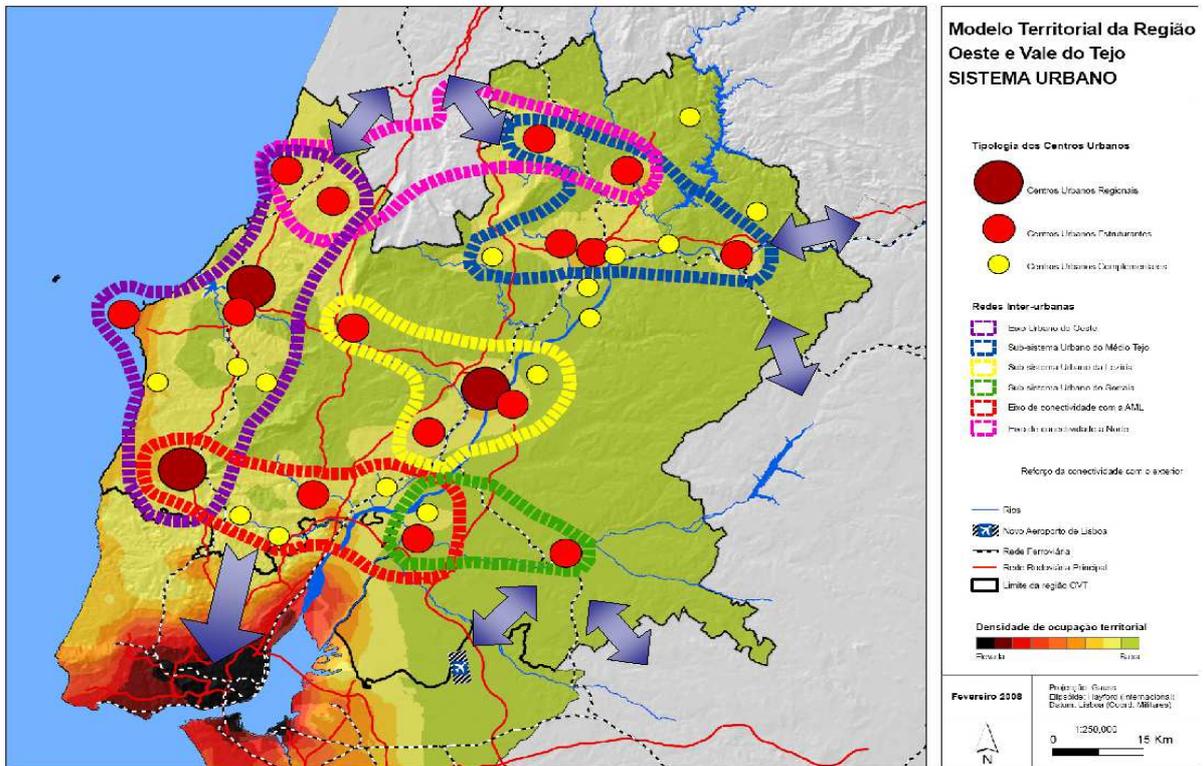


Figura B. Sistema urbano para o Oeste e Vale do Tejo
 Fonte: Câmara Municipal do Bombarral, Plano Desenvolvimento Estratégico Bombarral, 2015- PROT OVT

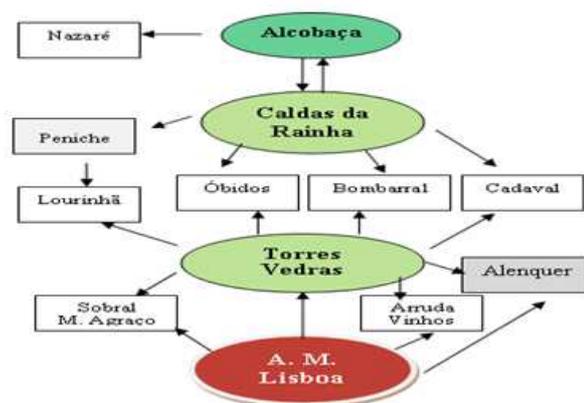


Figura C – Concelhos Polarizadores versus Polarizados

Fonte: Elaboração Própria com base nos fluxos, 2011

- Concelho Polarizado
- Concelho Polarizador
- Concelho Polarizador, mas de menor dimensão
- Concelho Polarizador com maior raio de influência

Gráfico I – População residente nos 6 municípios de referência

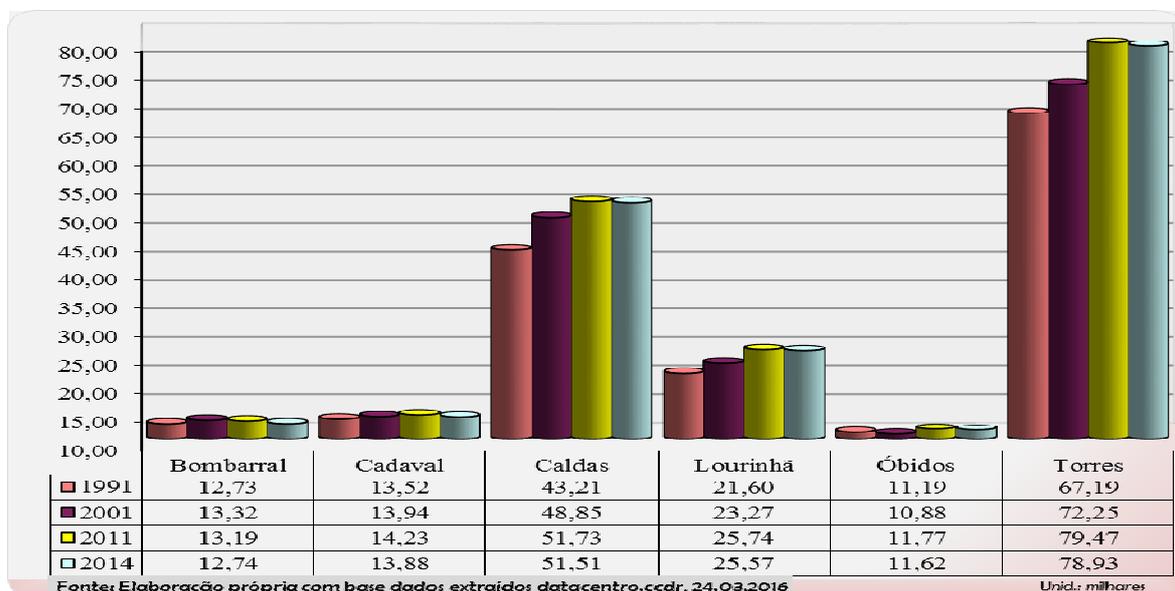


Gráfico II – Proporção de População Jovem (%)

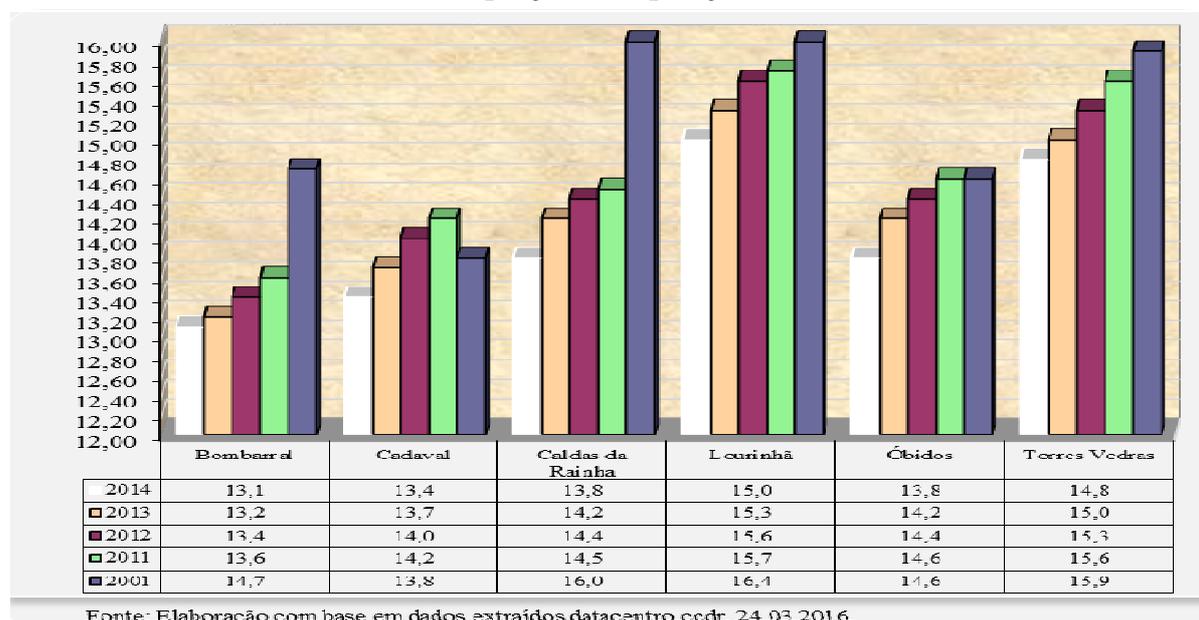


Gráfico III – Variação População Residente por grupos Etários, 2001-2011

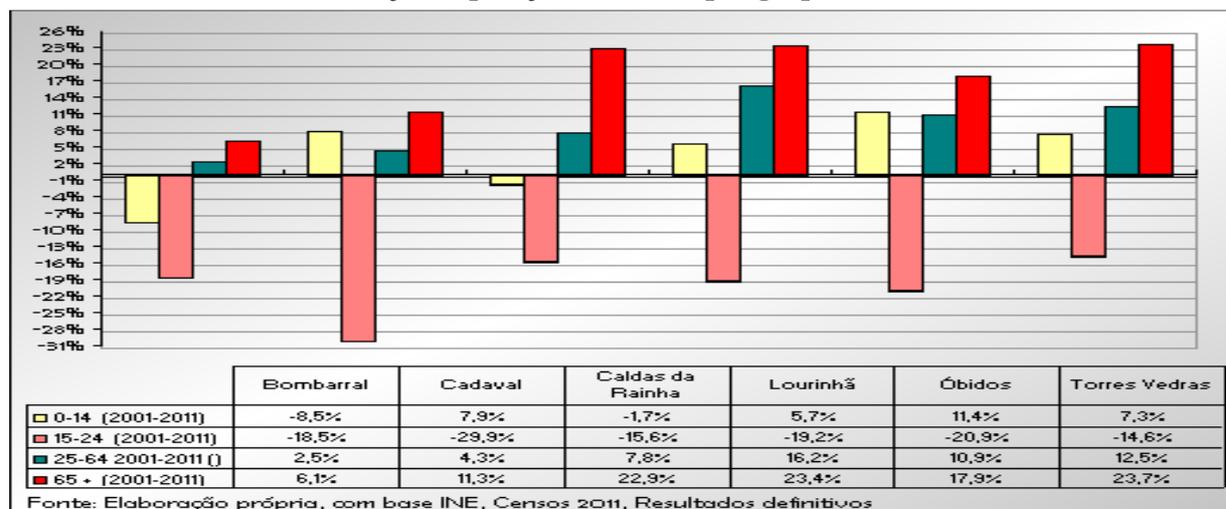


Gráfico IV – População residente segundo nível de instrução mais elevado completo

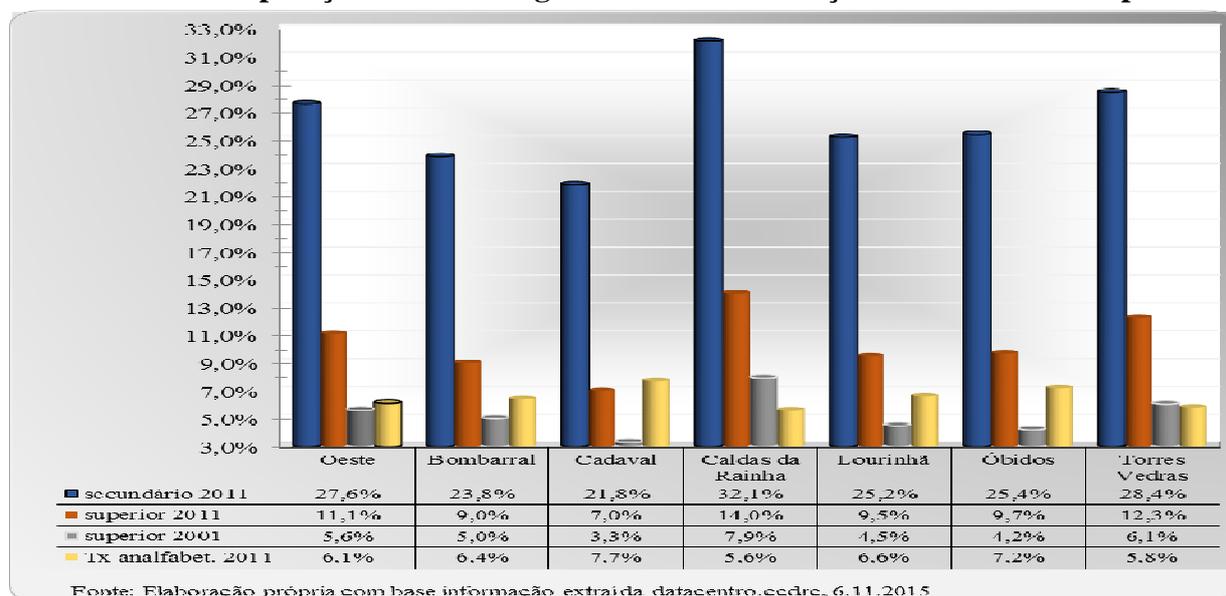
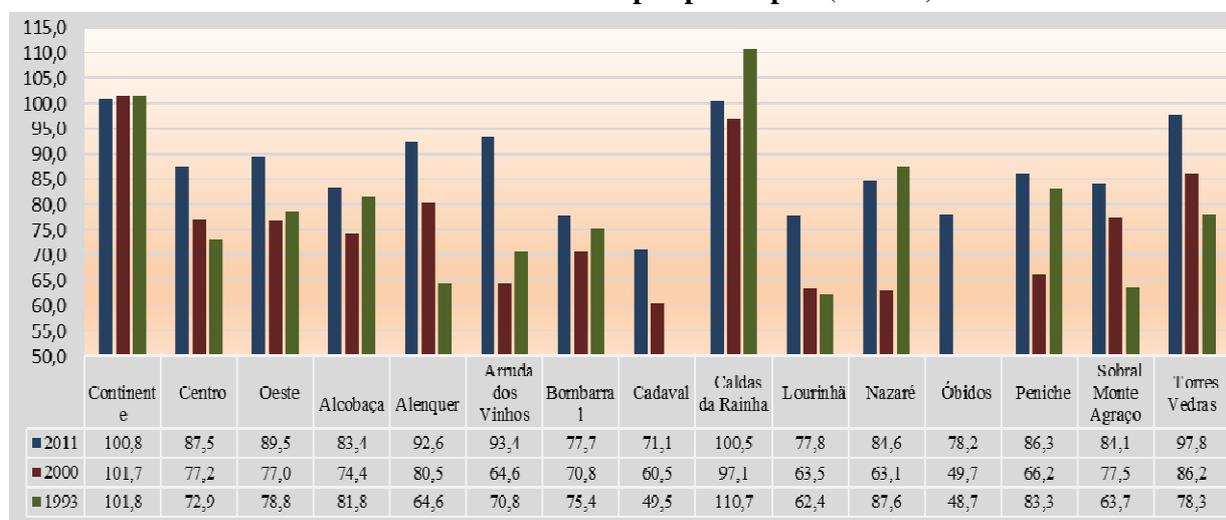


Gráfico V – Poder de Compra per Capita (PT=100)



Fonte: Elaboração própria com base em Informação extraída de <http://datacentro.ccdrc.pt> em 18-10-2015

Quadro 1 – População Residente e variação (Censos) e População Residente estimada

Municípios	2014	2013	2012	2011	2001	1991	2001/11	1991/01
	Nº						Variação (%)	
Portugal	10 374 822	10 427 301	10 487 289	10 562 178	10 356 117	9 867 147	2,0	5,0
Centro	2 263 992	2 281 164	2 298 938	2 327 755	2 348 397	2 258 768	-0,9	4,0
Oeste	358 442	360 090	361 374	362 540	338 711	314 390	7,0	7,7
Alcobaça	55 237	55 651	56 037	56 693	55 376	53 073	2,4	4,3
Alenquer	43 004	43 086	43 194	43 267	39 180	34 098	10,4	14,9
Arruda Vinhos	14 258	14 170	13 936	13 391	10 350	9 364	29,4	10,5
Bombarral	12 737	12 869	13 011	13 193	13 324	12 727	-1,0	4,6
Cadaval	13 876	14 009	14 105	14 228	13 943	13 516	2,0	3,1
Caldas Rainha	51 507	51 727	51 793	51 729	48 846	43 205	5,9	13,0
Lourinhã	25 571	25 657	25 705	25 735	23 265	21 596	10,6	7,7
Nazaré	14 487	14 610	14 813	15 158	15 060	15 313	0,7	-1,6
Óbidos	11 622	11 694	11 757	11 772	10 875	11 188	8,3	-2,7
Peniche	27 028	27 205	27 404	27 753	27 315	25 880	1,6	5,5
Sobral M. Agraço	10 183	10 211	10 193	10 156	8 927	7 245	13,8	23,2
Torres Vedras	78 932	79 201	79 426	79 465	72 250	67 185	10,0	7,5

Fonte: CCDRC, Inf. extraída de <http://datacentro.pt> em 24.03.2016

Quadro 2 – Densidade e estrutura populacional, 2001-2014

Municípios	Densidade popul. (Nº/Km2)			Proporção população jovem (%)					Índice de envelhecimento (Nº)				
	2014	2011	2001	2014	2013	2012	2011	2001	2014	2013	2012	2011	2001
Portugal	112,5	114,3	113,1	14,4	14,6	14,8	14,9	16,2	141,3	136,0	131,1	127,6	102,6
Centro	80,3	82,1	83,5	13,0	13,3	13,5	13,7	15,1	177,0	170,3	164,5	160,7	130,5
Oeste	161,4	163,2	154,2	14,5	14,8	15,1	15,2	15,8	141,8	137,0	132,7	129,2	114,5
Alcobaça	135,3	138,4	136,8	13,0	13,4	13,8	14,2	16,1	163,8	156,6	149,6	142,9	109,2
Alenquer	141,4	142,3	130,0	16,1	16,4	16,7	16,8	16,1	113,4	109,3	106,0	104,7	107,4
Arruda Vinhos	182,9	175,8	136,9	17,5	18,0	18,1	18,2	15,3	106,5	102,0	99,1	98,5	115,4
Bombarral	139,5	143,5	146,2	13,1	13,2	13,4	13,6	14,7	173,9	170,7	166,6	161,7	147,9
Cadaval	79,3	81,2	80,5	13,4	13,7	14,0	14,2	13,8	197,1	192,1	184,7	180,1	171,6
Caldas Rainha	201,4	202,6	193,3	13,8	14,2	14,4	14,5	16,0	152,5	146,5	142,1	139,2	114,2
Lourinhã	173,8	175,0	160,1	15,0	15,3	15,6	15,7	16,4	129,0	125,0	121,1	118,2	108,9
Nazaré	175,7	181,8	185,4	14,1	14,2	14,2	14,2	15,4	151,1	144,3	140,1	136,5	110,0
Óbidos	82,1	83,1	78,0	13,8	14,2	14,4	14,6	14,6	169,5	162,6	159,2	154,5	141,5
Peniche	348,5	355,7	355,5	14,7	15,0	15,1	15,2	16,0	142,1	137,1	134,3	130,9	105,7
Sobral M. Agraço	195,5	195,2	174,6	15,9	16,4	16,5	16,5	15,9	109,0	105,6	103,6	103,3	112,8
Torres Vedras	193,9	195,3	179,4	14,8	15,0	15,3	15,6	15,9	136,1	132,6	128,1	123,5	109,9

Fonte: CCDRC, Informação extraída de <http://datacentro.pt> em 24.03.2016

Quadro 3 – População residente por grupo etário

Municípios	0-14		Var (+/-)		15-24		Var (+/-)		25-64		Var (+/-)		65 +		Var (+/-)	
	2001 (Nº)	2011 (Nº)	2001-2011 (%)	2001 (Nº)	2011 (Nº)	2001-2011 (%)	2001 (Nº)	2011 (Nº)	2001-2011 (%)	2001 (Nº)	2011 (Nº)	2001-2011 (%)	2001 (Nº)	2011 (Nº)	2001-2011 (%)	
Alcobaça	8 844	8 282	-6,4%	7 580	5 995	-20,9%	29 493	30 710	4,1%	9 459	11 706	23,8%				
Alenquer	6 190	7 137	15,3%	5 177	4 426	-14,5%	21 050	24 127	14,6%	6 763	7 577	12,0%				
Arruda Vinhos	1 523	2 462	61,7%	1 304	1 233	-5,4%	5 697	7 387	29,7%	1 826	2 309	26,5%				
Bombarral	1 933	1 768	-8,5%	1 684	1 372	-18,5%	6 833	7 004	2,5%	2 874	3 049	6,1%				
Cadaval	1 874	2 022	7,9%	1 790	1 254	-29,9%	7 008	7 310	4,3%	3 271	3 642	11,3%				
Caldas Rainha	7 666	7 539	-1,7%	6 509	5 493	-15,6%	25 867	27 877	7,8%	8 804	10 820	22,9%				
Lourinhã	3 753	3 968	5,7%	3 376	2 729	-19,2%	12 042	13 987	16,2%	4 094	5 051	23,4%				
Nazaré	2 278	2 106	-7,6%	2 175	1 580	-27,4%	8 093	8 419	4,0%	2 514	3 053	21,4%				
Óbidos	1 547	1 723	11,4%	1 411	1 116	-20,9%	5 713	6 335	10,9%	2 204	2 598	17,9%				
Peniche	4 331	4 119	-4,9%	4 056	2 867	-29,3%	14 373	15 065	4,8%	4 555	5 702	25,2%				
Sobral M. Agraço	1 384	1 690	22,1%	1 197	999	-16,5%	4 733	5 644	19,2%	1 613	1 823	13,0%				
Torres Vedras	11 311	12 141	7,3%	9 757	8 336	-14,6%	38 618	43 450	12,5%	12 564	15 538	23,7%				

Fonte: Elaboração própria com base no INE, Censos 2011, Resultados definitivos

Quadro 4 – Proporção da população empregada por setor (%), 2011

Territórios	Pri má rio	Secundário			Terciário								População empregada por		
		Ind ex tr, transform, energia, gás, água	Construção	Sub total	Comércio por grosso e atacado	Transporte, armazenag	Similares	Aloji. restaur.	Financ., imóbil, científ.	SSoc.	Pública, defesa,	Adm. social	Educação Saúde/Apoio	Outras atividades de serviços	Sub total
Oeste	6,2	18,0	9,1	27,1	20,6	5,8	6,0	9,5	6,2	14,4	4,2	66,7	77,7	20,5	
Alcobaça	4,7	28,7	8,9	37,6	18,9	4,1	5,6	7,6	4,5	13,4	3,4	57,6	77,7	20,5	
Alenquer	3,2	20,4	7,4	27,8	21,7	11,4	4,5	10,1	6,9	10,7	3,9	69,1	83,6	15,2	
Arruda dos Vinhos	2,5	16,0	6,7	22,7	19,9	10,9	4,7	11,9	7,3	15,6	4,5	74,8	79,4	19,4	
Bombarral	15,6	11,5	9,6	21,1	20,8	4,0	5,3	8,9	7,3	12,1	4,7	63,2	73,8	23,4	
Cadaval	9,6	13,1	10,9	24,0	22,6	5,7	4,0	8,6	8,1	13,4	4,0	66,5	77,5	20,7	
Caldas da Rainha	3,8	14,6	8,4	23,0	21,1	5,0	6,7	11,1	6,1	18,7	4,4	73,2	76,8	21,0	
Lourinhã	12,0	13,5	11,3	24,9	19,1	4,1	5,5	9,0	6,4	14,1	4,9	63,2	74,6	23,3	
Nazaré	6,7	17,5	6,8	24,3	19,0	5,7	10,9	7,8	7,4	14,0	4,3	69,1	77,6	20,3	
Óbidos	9,9	11,2	9,9	21,1	20,1	4,6	8,1	9,9	8,2	13,3	4,7	69,0	72,9	24,8	
Peniche	9,7	17,0	8,5	25,5	19,1	3,4	8,9	7,8	8,1	14,2	3,5	64,9	78,3	19,8	
SobralM. Agraço	3,0	19,0	8,0	27,0	21,9	9,9	4,9	9,3	6,9	12,1	5,1	70,1	77,8	20,9	
Torres Vedras	6,2	16,1	10,6	26,7	21,9	4,7	5,6	10,0	5,1	15,6	4,3	67,1	76,9	21,4	

Fonte: CCDR Centro_ Informação extraída de <http://datacentro.ccdr.pt> em 9-10-2015

Quadro 5 – VAB e Produtividade do Trabalho, 2001-2013

	VAB por ramos de atividade (%)												Produtiv. Trabalho		
	Setor primário				Setor secundário				Setor terciário				(Milh. Euros)		
	2013	2011	2008	2001	2013	2011	2008	2001	2013	2011	2008	2001	2011	2006	2001
Portugal	2,3	2,1	2,2	3,4	21,1	22,1	23,4	27,5	76,7	75,8	74,3	69,1	32,3	28,4	23,2
Centro	3,6	3,2	3,5	5,3	28,0	29,5	30,0	35,1	68,4	67,3	66,5	59,7	27,4	23,9	19,4
Oeste	6,5	5,6	6,1	8,8	22,2	24,4	28,3	31,4	71,3	69,9	65,6	59,8	x	x	x

Fonte: CCDR Centro_ Informação extraída de <http://datacentro.ccdr.pt> em 6-11-2015

Quadro 6 – Concentração Empresarial e Volume de Negócios

Territórios	Nº Empresas (por localização da sede)			Densidade de empresas (nº/ Km2)			VN por empresa (milh. Euros)			VN das 4 maiores empresas (%)		
	2012	2008	2004	2012	2008	2004	2012	2008	2004	2012	2008	2004
Oeste	38.652	45.819	41.123	17,4	20,6	18,5	204,1	208,8	192,8	5,3	5,2	4,6
Alcobaça	6.007	7.147	6.612	14,7	17,5	16,2	215,3	213,0	195,2	12,4	9,4	7,9
Alenquer	3.637	4.504	4.033	12,0	14,8	13,3	282,4	264,1	276,9	24,2	16,9	14,9
Arruda dos Vinhos	1.446	1.814	1.477	18,5	23,3	18,9	179,6	263,7	253,7	15,1	23,1	23,2
Bombarral	1.432	1.767	1.658	15,7	19,4	18,2	161,8	150,5	153,2	22,1	18,1	21,7
Cadaval	1.391	1.623	1.390	8,0	9,3	7,9	173,8	164,1	159,9	28,0	20,3	16,0
Caldas da Rainha	5.860	6.769	6.035	22,9	26,5	23,6	162,5	182,2	172,2	21,1	15,7	14,8
Lourinhã	2.954	3.444	3.074	20,1	23,4	20,9	227,2	189,2	159,1	26,0	19,3	15,6
Nazaré	1.707	2.064	1.829	20,7	25,0	22,2	83,5	88,6	86,2	23,2	15,8	14,3
Óbidos	1.481	1.550	1.345	10,5	10,9	9,5	156,0	199,1	138,8	28,2	25,8	21,1
Peniche	2.744	3.306	3.026	35,4	42,6	39,0	161,7	159,8	156,7	26,4	17,3	17,0
Sobral Monte Agraço	1.033	1.162	1.082	19,8	22,3	20,8	192,0	184,9	146,0	27,1	13,8	18,0
Torres Vedras	8.960	10.669	9.562	22,0	26,2	23,5	245,3	255,3	226,4	17,5	18,4	16,7

Fonte: CCDR Centro_ Informação extraída de <http://datacentro.ccdr.pt> em 6-11-2015

Quadro 7 – População Ativa e Emprego (%)

Territórios	População ativa (N°)	Taxa Atividade	Taxa desemprego	Taxa desemp. jovem	Taxa emprego população em idade ativa		Pop. Empregada 20-64 anos
	2011	2011	2011	2011	2011	2001	2011
Oeste	171.676	55,8	11,4	25,4	49,5	53,2	68,6
Alcobaça	26.181	54,1	11,0	23,4	48,1	55,8	67,5
Alenquer	21.583	59,7	10,9	22,7	53,2	55,7	71,1
Arruda dos Vinhos	6.700	61,3	7,7	21,6	56,6	55,8	75,7
Bombarral	5.955	52,1	11,8	28,2	46,0	47,6	66,4
Cadaval	6.130	50,2	10,5	23,0	44,9	45,7	67,1
Caldas da Rainha	24.450	55,3	13,7	29,4	47,7	54,2	67,1
Lourinhã	11.900	54,7	10,9	24,1	48,7	50,6	67,3
Nazaré	6.854	52,5	14,3	36,0	45,0	53,1	62,3
Óbidos	5.299	52,7	10,8	23,8	47,0	50,8	66,8
Peniche	12.837	54,3	14,5	32,3	46,4	50,0	64,6
Sobral Monte Agraço	5.019	59,3	8,9	22,2	54,0	54,2	72,9
Torres Vedras	38.768	57,6	10,1	23,3	51,8	53,6	71,3

Fonte: CCDR Centro_ Informação extraída de <http://datacentro.ccdr.pt> em 6-11-2015 e pordata 6.6.2016

Quadro 8 – Ganho médio mensal dos TCO

Territórios	Total (€)			Setor Primário (€)		Setor Secundário (€)		Setor Terciário (€)	
	2012	2011	2009	2012	2008	2012	2008	2012	2008
Portugal	⌘	⌘	1.034,19	⌘	714,5	⌘	915,4	⌘	1.067,0
Continente	1.095,59	1.084,55	1.036,44	812,9	716,2	1.007,7	914,1	1.146,2	1.072,4
Centro	941,52	931,09	890,08	774,5	692,6	972,2	879,7	926,8	859,3
Oeste	909,24	903,25	864,06	779,3	703,3	936,5	843,1	904,7	842,7
Alenquer	1.025,35	1.030,33	1.021,10	772,7	738,3	1.095,9	1.045,4	983,7	937,5
Arruda dos Vinhos	962,94	943,36	917,76	674,7	735,0	955,0	905,5	972,3	905,8
Óbidos	925,92	955,38	901,62	790,6	696,2	950,4	964,8	926,2	847,9
Torres Vedras	923,35	915,32	865,45	677,3	625,2	923,4	804,7	943,7	867,7
Caldas da Rainha	901,42	894,81	860,68	673,5	629,1	941,2	838,2	893,2	853,0
Alcobaça	878,04	866,58	823,73	691,9	601,7	898,5	807,8	870,5	822,8
Peniche	858,95	846,87	824,92	1.004,5	957,6	828,8	768,2	848,8	761,3
Sobral Monte Agraço	837,73	818,76	762,43	678,4	694,0	822,5	669,9	852,9	783,6
Cadaval	836,05	854,43	794,27	642,1	695,0	874,8	785,7	835,2	780,4
Lourinhã	830,81	815,27	755,92	939,3	813,5	842,4	689,6	800,9	726,6
Bombarral	826,73	816,16	778,62	696,0	561,9	779,4	750,6	866,6	772,0
Nazaré	813,47	814,28	769,55	724,1	625,6	883,9	773,4	789,0	754,4

Fonte: CCDR Centro_ Informação extraída de <http://datacentro.ccdr.pt> em 6-11-2015

Quadro 9 – Função Residencial Interna, ano de 2011

Movimentos Residenciais		Bombarral	Cadaval	Caldas Rainha	Lourinhã	Óbidos	Torres Vedras
População Resida (n°)	Entradas – População que residia fora concelho	1 291	1 435	5 009	2 661	1 519	7 115
	Saídas – População que que residia no concelho mas já não reside	855	861	3 181	1 451	916	3 560
	Saldo Movimento Residencial (+/-)	428	591	2 005	1 349	673	3 878
(%)	Taxa de Atração (%) (Entradas/Pop. Residente)	9,79	10,09	9,69	10,34	12,90	8,95
	Taxa Repulsão (%) (Saídas/Pop. Residente)	6,48	6,05	6,15	5,64	7,78	4,48
	Taxa Atração Líq. (%) (tx. atração – tx. repulsão)	3,31	4,04	3,54	4,70	5,12	4,47

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INE, Censos 2011, Movimentos pendulares e Recenseamento da população, extraído em 10.03.2016

Quadro 10 - Fluxos Residenciais de Saída, 2011

MN Origem/Dest.	Alcobaça	Alenquer	Arruda Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas Rainha	Lourinhã	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral M. Agraço	Torres Vedras	Outros
Alcobaça						0,89							
Alenquer													
Arruda Vinhos													
Bombarral													
Cadaval				0,80		1,38	0,99						
Caldas Rainha									0,93				
Lourinhã												1,80	
Nazaré	1,91												
Óbidos						4,02							
Peniche													
Sobral M.A.		0,90	1,60									1,32	1,49
Torres Vedras													
Outros							0,81						

Nota: fluxos relativos residenciais de saída com valor superior a 0,8%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE, Censos 2011

Quadro 11 – Movimentos Pendulares da Função Produtiva (laboral e estudantil), 2011

Movimentos por Local de Residência			Alcobaça	Alenquer	Arruda	Bombarral	Cadaval	Caldas Rainha	Lourinhã	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral	Torres Vedras	
População Resid. (n°)	Empregada e Estudante	1	34 029	27 274	8 894	7 530	7 819	30 939	15 406	8 587	6 903	15 959	6 469	49 731	
	- Empregada	1.1	23 303	19 230	6 182	5 255	5 486	21 097	10 603	5 872	4 727	10 972	4 575	34 870	
	- Estudante	1.2	10 726	8 044	2 712	2 275	2 333	9 842	4 803	2 715	2 176	4 987	1 894	14 861	
Pop. Resid. No/MN (n°)	Entradas no MN para trabalhar e/ou estudar	2	4 876	5 611	2 233	1 263	950	7 293	1 630	1 335	2 289	2 306	1 163	7 110	
	- Para Trabalhar	2.1	4 214	5 374	1 505	1 164	902	5 044	1 397	1 204	2 056	1 418	936	5 613	
	- Para Estudar	2.2	662	237	728	99	48	2 249	233	131	233	888	227	1 497	
População Residente No MN (n°)	Saídas do MN para trabalhar/estudar no MN	3	8 080	9 114	3 986	2 259	2 486	7 105	4 589	2 738	2 861	2 849	3 202	10 505	
	- Para Trabalhar	3.1	5 742	7 327	3 437	1 771	1 936	5 420	3 611	2 021	2 151	2 171	2 538	8 522	
	- Para Estudar	3.2	2 338	1 787	549	488	550	1 685	978	717	710	678	664	1 983	
Saldo do Emprego e Ensino: (n°) (Se negativo é fornecedor/emissor de mão-de-obra/estudantes - Se positivo é captador/importador de mão obra e estudantes) (4) = (2)-(3)			4	-3 204	-3 503	-1 753	- 996	- 1 536	188	-2 959	-1 403	- 572	- 543	-2 039	-3 395
- População Empregada (n°)			4.1	-1 528	-1 953	-1 932	- 607	- 1 034	- 376	-2 214	- 817	- 95	- 753	-1 602	-2 909
- População Estudantil (n°)			4.2	-1 676	-1 550	179	- 389	- 502	564	- 745	- 586	- 477	210	- 437	- 486
Emprego e Ensino (n°): (n° postos trabalho gerados e escolas criadas no concelho) (5) = (1)+(4)			5	30 825	23 771	7 141	6 534	6 283	31 127	12 447	7 184	6 331	15 416	4 430	46 336
- População Empregada (n°)			5.1	21 775	17 277	4 250	4 648	4 452	20 721	8 389	5 055	4 632	10 219	2 973	31 961
- População Estudantil (n°)			5.2	9 050	6 494	2 891	1 886	1 831	10 406	4 058	2 129	1 699	5 197	1 457	14 375
Mobilid. Extra-municipal (%) (% população residente empregada e estudante que sai do concelho para trabalhar e estudar) (6) = ((3)/(1))			6	23,7	33,4	44,8	30,0	31,8	23,0	29,8	31,9	41,5	17,9	49,5	21,1
- Empregados que saem do concelho p/a trabalhar			6.1	24,6	38,1	55,6	33,7	35,3	25,7	34,1	34,4	45,5	19,8	55,5	24,4
- Estudantes que saem concelho p/a estudar			6.2	21,8	22,2	20,2	21,5	23,6	17,1	20,4	26,4	32,6	13,6	35,1	13,3
Taxa Bruta de Atracção (%) (%postos trabalho e escolas preenchidos por população não residente) (7) = ((2)/(5))			7	15,8	23,6	31,3	19,3	15,1	23,4	13,1	18,6	36,2	15,0	26,3	15,3
- Postos de trabalho no concelho			7.1	19,4	31,1	35,4	25,0	20,3	24,3	16,7	23,8	44,4	13,9	31,5	17,6
- Escolas no concelho			7.2	7,3	3,6	25,2	5,2	2,6	21,6	5,7	6,2	13,7	17,1	15,6	10,4
Grau atratividade/repulsão (%) (taxa de repulsão: Se < 100%; Taxa de atracção: Se > 100%) (8) = ((5)/(1))			8	90,6	87,2	80,3	86,8	80,4	100,6	80,8	83,7	91,7	96,6	68,5	93,2
- População Empregada			8.1	93,4	89,8	68,7	88,4	81,2	98,2	79,1	86,1	98,0	93,1	65,0	91,7
- População Estudantil			8.2	84,4	80,7	106,6	82,9	78,5	105,7	84,5	78,4	78,1	104,2	76,9	96,7
Grau localização do emprego e ensino (%população que trabalha e estuda no concelho em que reside) (9) = ((1-3)/(1))			9	76,3	66,6	55,2	70,0	68,2	77,0	70,2	68,1	58,6	82,1	50,5	78,9
- População Empregada			9.1	75,4	61,9	44,4	66,3	64,7	74,3	65,9	65,6	54,5	80,2	44,5	75,6
- População Estudantil			9.2	24,6	22,9	24,3	23,7	22,8	26,4	24,8	23,3	21,2	27,0	19,0	25,9

Fonte: Elaboração própria, com base Censos INE, 2011 e Augusto Mateus & Associados (2008)

Quadro 12 – Índice de Polarização do Emprego

Polarização do Emprego	Alcobaça	Alenquer	Arruda Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral M. Agraço	Torres Vedras
2001	0,99	0,96	0,72	0,91	0,84	1,04	0,81	0,85	0,77	0,95	0,71	0,95
2011	0,93	0,90	0,69	0,88	0,81	0,98	0,79	0,86	0,98	0,93	0,65	0,92

Fonte: INE, Censos 2011, Resultados Definitivos

Quadro 13 - Fluxos de Saída População Empregada, 2011 (%)

MN Origem/Dest.	Alcobaça	Alenquer	Arruda	Bombarral	Cadaval	Caldas R.	Lourinhã	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral	Tomas V.	Lição	Outros
Alcobaça						5,0								
Alenquer													10,9	12,6
Arruda													16,7	20,5
Bombarral					4,1	7,2			4,2					4,7
Cadaval				4,2		5,9						4,8		5,6
Caldas Rainha	4,8								4,7					
Lourinhã										4,2		12,3	5,5	
Nazaré	15,2													
Óbidos						26,1								
Peniche														
Sobral			5,8									5,8	13,8	15,5
Tomas Vedras													8,0	4,0
Outros		6,2												

Nota: fluxos relativos de atração e saída com valor superior a 4%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INE, Censos 2011

Quadro 14 – Adaptação do Indicador da Taxa de atratividade/repulsão

Função Residencial e Produtiva		Bombarral	Cadaval	Caldas Rainha	Lourinhã	Óbidos	Tomas Vedras	
Função Residencial	População Residente	1	13 193	14 228	51 729	25 735	11 772	79 465
	Entradas: que antes residia fora MN	2	1 291	1 435	5 009	2 661	1 519	7 115
	Saídas: que residia no MN mas já não reside	3	855	861	3 181	1 451	916	3 560
	Saldo movimento residencial	4 = (2-3)	436	574	1 828	1 210	603	3 555
	Taxa Atração	5 = ((2)/(1))	9,8	10,1	9,7	10,3	12,9	9,0
	Taxa Repulsão	6 = (3)/(1)	6,5	6,1	6,2	5,6	7,8	4,5
	Grau de atratividade/repulsão (taxa repulsão: < 100%); (taxa atração: > 100%)	7 = (1+4)/(1)	103,3	104,0	103,5	104,7	105,1	104,5
Função Produtiva (laboral e estudantil)	Entradas no MN para trabalhar e estudar	8	1 263	950	7 293	1 630	2 289	7 110
	Para Trabalhar	8.1	1 164	902	5 044	1 397	2 056	5 613
	Para Estudar	8.2	99	48	2 249	233	233	1 497
	Saídas do MN: para trabalhar e estudar	9	2 259	2 486	7 105	4 589	2 861	10 505
	Para Trabalhar	9.1	1 771	1 936	5 420	3 611	2 151	8 522
	Para Estudar	9.2	488	550	1 685	978	710	1 983
	Saldo Emprego e Ensino (n°):	10 = [(8)-(9)]	- 996	-1 536	188	-2 959	- 572	-3 395
	População Empregada	10.1	- 607	-1 034	- 376	-2 214	- 95	-2 909
	População Estudantil	10.2	- 389	- 502	564	- 745	- 477	- 486
	Mobilidade extra-município (taxa repulsão - %)	11 = [(9)/(1)]	17,1	17,5	13,7	17,8	24,3	13,2
	Empregados que saem concelho p/a trabalhar	11.1	13,4	13,6	10,5	14,0	18,3	10,7
	Estudantes que saem concelho p/a estudar	11.2	3,7	3,9	3,3	3,8	6,0	2,5
	Taxa Bruta de Atração (%):	12 = [(8)/(1)]	9,6	6,7	14,1	6,3	19,4	8,9
Postos de trabalho no concelho	12.1	8,8	6,3	9,8	5,4	17,5	7,1	
Escolas no concelho	12.2	0,8	0,3	4,3	0,9	2,0	1,9	
Grau atratividade/repulsão: (taxa repulsão: < 100%); (taxa atração: > 100%)	13 = [(1)+(10)]/(1)	92,5	89,2	100,4	88,5	95,1	95,7	
População Empregada	13.1	95,4	92,7	99,3	91,4	99,2	96,3	
População Estudantil	13.2	97,1	96,5	101,1	97,1	95,9	99,4	
Totais (%)	Taxa Atração Bruta	14 = (2+8)/(1)	19,4	16,8	23,8	16,7	32,3	17,9
	Taxa Repulsão Interna	15 = (3+9)/(1)	23,6	23,5	19,9	23,5	32,1	17,7
	Grau atratividade/repulsão:	16 = [(1)+(14)+(15)]	95,76	93,24	103,90	93,20	100,26	100,20

Fonte: Elaboração Própria, com base em valores absolutos e percentuais do INE, 2011